

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

GISELE SANTOS RODRIGUES

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO
BANCO DO BRASIL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE
VITÓRIA DA CONQUISTA**

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2016

GISELE SANTOS RODRIGUES

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO
BANCO DO BRASIL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE
VITÓRIA DA CONQUISTA**

Trabalho de pesquisa monográfica apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Gildásio Santana Junior

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

2016

GISELE SANTOS RODRIGUES

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO
BANCO DO BRASIL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE
VITÓRIA DA CONQUISTA**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Gildásio Santana Jr.

Orientador (a)

Examinador (a)

Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Na ordem de importância e participação, agradeço primeiramente a Deus, por me dar a vida e saúde pra permitir que, mesmo depois desses 11 anos de adiamentos e interrupções eu pudesse ter a força para concluir esse trabalho.

Depois para o meu sempre mestre e inspirador professor Gildásio Santana Júnior, que com sua calma, paciência e dedicação extrema a todos os seus discentes e à docência me encorajou até o fim e sempre fez parecer mais leve essa jornada.

A minha família, minha base e a razão de tudo o que faço e ao que sou; ao meu esposo e aos meus filhos por abrirem mão de alguns confortos e momentos juntos para que eu pudesse me dedicar aos estudos aos meus pais que são sempre os meus menores exemplos, meus irmãos que sempre me apóiam e por me incentivarem a nunca desistir e a todos os amigos e colegas que volta e meia estavam a me questionar sobre quando eu faria esse trabalho e concluiria o meu curso.

RESUMO

O Banco do Brasil, assim como todas as grandes empresas do mercado atual, incorporou a sua missão promover o desenvolvimento sustentável e elaborou assim um Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável. Mas será que a sustentabilidade é realmente uma preocupação de uma empresa que visa dar resultados positivos para os seus acionistas através de negócios monetariamente lucrativos? Por entender a importância desse assunto, que deve ser uma preocupação não apenas das empresas, mas de toda a sociedade é que foi escolhido como tema desse trabalho a análise do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil. Para delimitar o tempo e o espaço, considerando a facilidade de acesso aos dados e o maior interesse em estudar a região onde se está inserido, foi escolhido um dos Territórios de Identidade que compõem o Estado da Bahia, o Território de Identidade de Vitória da Conquista. A problemática que guia a investigação busca responder à seguinte questão: Em que medida as ações do Desenvolvimento Regional Sustentável(DRS) do Banco do Brasil, no território de Vitória da Conquista, no período de 2000 a 2010, contribuíram para elevar o desenvolvimento do território? O intervalo de tempo escolhido para a análise será uma década que possibilitará a comparação entre as ações desenvolvidas pelo Programa DRS e os relatórios que compõem o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, formulado no ano de 2012 e que tem como base o Censo de 2010. A metodologia dessa pesquisa consiste numa revisão bibliográfica, na análise documental dos Planos de Negócio do DRS do Banco do Brasil no Território analisado, e posteriormente a análise comparativa entre a situação descrita nos Plano de Negócios com a situação dos municípios segundo o Censo 2010, através do IDHM-PNUD do período. Entre os municípios estudados, o que merece destaque na aplicação da metodologia DRS é o município de Licínio de Almeida, que tem Plano de Ação do Programa DRS para praticamente todas as atividades agrícolas que o município desenvolve. São 4 DRSs: bovinicultura, mandiocultura, cachaça e hortifruticultura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Eixos do DRS

Ilustração 2 – Fases da metodologia DRS

Ilustração 3 - Divisão do estado da Bahia em Territórios de Identidade

Ilustração 4 - Localização do Território de Identidade de Vitória da Conquista (BA) no Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Anagé – BA

Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Barra do Choça – BA

Tabela 3 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Belo Campo – BA

Tabela 4 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Condeúba – BA

Tabela 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Jacaraci – BA

Tabela 6 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Licínio de Almeida - BA

Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Planalto – BA

Tabela 8 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Poções – BA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1- CONCEITUANDO E ENTENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO...10	
1.1- O Desenvolvimento Regional.....	17
1.2- Desenvolvimento Regional Sustentável	19
1.3 – Desenvolvimento Regional Sustentável para o Banco do Brasil	21
2 - PLANOS DRS NAS AGENCIAS DO BB QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.....	27
2.1- Anagé	29
2.2- Barra do Choça	32
2.3- Belo Campo	35
2.4- Condeúba	38
2.5- Jacaraci	41
2.6- Licínio de Almeida	44
2.7- Planalto	51
2.8- Poções	54
3- ANÁLISE DOS DRSs	58
3.1- Anagé	58
3.2- Barra do Choça	59

3.3- Belo Campo	62
3.4- Condeúba	65
3.5- Jacaraci	67
3.6- Lícínio de Almeida	69
3.7- Planalto	72
3.8- POÇÕES	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

O Banco do Brasil, assim como todas as grandes empresas do mercado atual, percebendo a preocupação em todo o cenário mundial com a questão da sustentabilidade, incorporou à sua missão promover o desenvolvimento sustentável e elaborou assim um Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável.

Mas será que a sustentabilidade é realmente uma preocupação de uma empresa que visa dar resultados positivos para os seus acionistas através de negócios monetariamente lucrativos?

Essa interrogação instigou a busca por uma resposta a essa questão, principalmente após o curso sobre sustentabilidade logo nos primeiros dias de trabalho nessa empresa, e que fazia questão que todos os recém-contratados realizassem esse treinamento.

Depois de realizar o treinamento pude conhecer a idéia desse projeto e ficar ainda mais curiosa por conhecer como, na prática o Banco atua nessa

proposta de Desenvolvimento Sustentável. E assim determinar o tema de estudo para esse trabalho.

A Agenda 21 do Banco do Brasil é uma agenda socioambiental cujas ações evidenciam o comprometimento da Empresa com o desenvolvimento sustentável em seus negócios. Essa agenda está em contínuo processo de construção e é sempre atualizada, incorporando novos desafios e consolidando e aprofundando ações. Dentre essas ações, tem-se como um dos seus eixos os negócios com foco no Desenvolvimento Sustentável atuando por meio da Estratégia DRS, que configura-se como uma estratégia negocial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o Banco do Brasil está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, observando a diversidade cultural.

Nesse sentido, a partir destas constatações questiona-se: em que medida as ações do DRS do Banco do Brasil, no território de Vitória da Conquista, no período de 2000 a 2010 contribuíram para elevar o desenvolvimento do território? Por entender a importância desse assunto, que deve ser uma preocupação não apenas das empresas, mas de todo o mercado consumidor mundial é que foi escolhido como tema desse trabalho o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil.

Para delimitar o tempo e o espaço, considerando a facilidade de acesso aos dados e o maior interesse em se estudar a região onde se está inserido, foi escolhido um dos Territórios de Identidade que compõem o Estado da Bahia, o Território de Identidade de Vitória da Conquista. O intervalo de tempo escolhido para a análise será a década de 2010 à 2010, o que possibilitará a comparação entre as ações desenvolvida pelo Programa DRS e os dados que compõem o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, formulado no ano de 2012 e tem como base o Censo de 2010.

Tendo como objetivo analisar a intervenção do Banco do Brasil, no Território de Identidade de Vitória da Conquista no tocante ao desenvolvimento regional sustentável discutiremos o conceito de desenvolvimento, identificaremos as cidades em que o Banco do Brasil atua com DRS;

analisaremos a atuação de cada DRS no território e posteriormente efetuaremos um estudo comparativo das ações do DRS do Banco do Brasil no Território de Identidade de Vitória da Conquista.

Para conceituar Desenvolvimento apresentaremos o estudo feito por Nali de Jesus de Souza (2005), em seu livro intitulado Desenvolvimento Econômico no qual ele afirma que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Assim o autor apresenta o conceito defendido pela corrente de economistas, de inspiração mais teórica, que consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento, e uma segunda corrente defende que o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionalistas, com melhoria da produtividade e da renda média da população.

Ainda sobre o tema desenvolvimento traremos o conceito defendido por Edson Trajano Vieira e Moacir José dos Santos, em um ensaio intitulado “Desenvolvimento econômico Regional – uma revisão histórica e teórica”, em que os autores propõem uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento econômico regional e as contestações dos historiadores a respeito das teorias que se baseiam em modelos econométricos.

Traremos também o conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável e a visão do Banco do Brasil sobre o tema, para posteriormente apresentarmos o Programa DRS do Banco do Brasil.

E finalmente serão caracterizados os municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista que tem agência do Banco do Brasil e que atuam com o Programa de DRS do BB, os dados foram extraídos do IDHM-PNUD que tem como referência o ano de 2010 e trazem informações que vão desde a escolaridade, a longevidade até a origem da renda do município, além de outras variáveis que determinam o desenvolvimento da região e o Índice de Gini.

A metodologia dessa pesquisa consiste numa revisão bibliográfica, a análise documental dos Planos de Negócio do DRS do Banco do Brasil no Território analisado, e posteriormente a análise comparativa entre a situação descrita nos Planos de Negócios com a situação dos municípios segundo o IDHM_PNUD do período.

Além desta introdução, o trabalho se divide em outras três partes. O primeiro capítulo apresenta o conceito de crescimento e sua distinção com desenvolvimento e o Desenvolvimento Regional Sustentável na visão do Banco do Brasil, o segundo capítulo contextualiza o Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil no Território de Identidade de Vitória da Conquista; o terceiro capítulo apresenta a análise dos resultados dessa pesquisa e as considerações finais, que tem por mérito refletir sobre o impacto da Estratégia DRS do Banco no Brasil nas regiões que tiveram DRS implantados e a contribuição desses para o desenvolvimento econômico da região.

1- CONCEITUANDO E ENTENDENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas, originadas, quase sempre, nas crises econômicas do sistema capitalista. Sua primeira abordagem enfática ocorreu a partir das flutuações econômicas do século XIX, quando a concentração da renda e da riqueza em nível mundial, agravada com o surgimento de alguns poucos países industrializados, tornou mais evidente a disparidade entre nações ricas e pobres.

Assim, a noção de desenvolvimento, atrelada à questão da distribuição, passou a ser mais enfatizada em todos os países. Com o surgimento das inovações tecnológicas, como o tear mecânico, a máquina a vapor, petróleo, eletricidade, informática, depois a internet, a telefonia móvel, entre outras; a economia dos países inovadores cresce de modo muito mais acelerado. Ocorre a expansão da renda, do emprego e do nível de bem estar da população. (SOUZA, 2005).

Souza (2005) afirma que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Segundo esse autor uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Nesse grupo enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor.

Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. São eles Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas.

Assim, os economistas que associam crescimento com desenvolvimento definem como país subdesenvolvido aquele que cresceu menos do que o desenvolvido, embora apresente recursos ociosos, como terra

e mão de obra, que não são utilizados integralmente, faz com que a economia do país se expanda abaixo de suas possibilidades.

Baseados nessa noção de que para se desenvolver é preciso apenas crescer, surgiram vários modelos que enfatizam apenas a acumulação do capital como solução simplificada da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática. (SOUZA, 2005)

Defende-se a idéia de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Mas a prática tem demonstrado que o crescimento e o desenvolvimento não podem ser confundidos, já que os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.(SOUZA, 2005)

Já os economistas da segunda corrente, como o argentino Raul Prebisch, o alemão Hans Singer e o brasileiro Celso Furtado e os demais autores da tradição cepalina e marxista, assim como grande parte dos chamados “economistas do desenvolvimento”, defendem que o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionalistas, com melhoria da produtividade e da renda média da população. Destaca ainda a interdependência entre os setores produtivos e a necessidade de aperfeiçoar tais estruturas, assim como eliminar os pontos de estrangulamentos do desenvolvimento.(SOUZA, 2005)

Vale destacar que a transformação de uma economia dualista, subdesenvolvida, em uma economia integrada, desenvolvida, não ocorre rapidamente. É um processo longo e difícil porque a conduta dos agentes econômicos da economia tradicional de subsistência, em geral, apresenta-se muito diferente daquela dos agentes da economia moderna, capitalista. (SOUZA, 2005)

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um

fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. Com o desenvolvimento a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país, embora a integração internacional constitua um processo gradativo e irreversível [...] (SOUZA, 2005, p. 28)

Edson Trajano Vieira e Moacir José dos Santos, em um ensaio intitulado como “Desenvolvimento econômico Regional – uma revisão histórica e teórica” propõe uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento econômico regional e as contestações dos historiadores a respeito das teorias em que se baseiam em modelos econométricos. O debate busca apontar as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico regional levando em consideração o tempo e o espaço, para demonstrar como os fatores não econômicos potencializam a compreensão do desenvolvimento econômico regional.

Para conceituar desenvolvimento econômico eles trazem o conceito do Dicionário de Economia de crescimento econômico que significa o aumento da capacidade produtiva da economia, e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. Já o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas.

Afirmam, ainda, que o significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. E esse conceito vai mais além do que a oferta de bens e serviços relevantes do aumento de produtividade, pois a quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento, mas a melhor distribuição dos recursos possibilita a harmonização desse desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida.

E como os conceitos como a melhoria da qualidade de vida e alterações na estrutura econômica são mais subjetivos, em um mundo com intensas relações econômicas globais, é difícil quantificar o desenvolvimento, principalmente no aspecto regional em que é preciso incluir outras variáveis não econômicas para definir quantificar o desenvolvimento.

O conceito de produtividade social também pode ajudar a explicar melhor o conceito de desenvolvimento, que é definida não apenas como a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços, em uma determinada comunidade num certo período, mas também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como eles são distribuídos no grupo.

Ao longo do ensaio, os autores descrevem ainda as definições aceitas por intelectuais de várias áreas. Os historiadores se preocupam mais com os aspectos estruturais, discutindo, inclusive, modelos alternativos de capitalismo. Entre os economistas não há uma definição universalmente aceita do conceito de desenvolvimento, mas a maioria trata como uma relação direta entre desenvolvimento e produção, destacando-se como ponto comum nesse debate teórico a forte associação, a até uma confusão, entre o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Os clássicos como Adam Smith e David Ricardo relacionam diretamente o desenvolvimento econômico ao processo de crescimento, com ênfase na produção que resulta da organização produtiva. Smith em seu livro “A Riqueza das Nações, publicado em 1776, afirma que a riqueza de uma nação constitui-se a partir do trabalho produtivo, investindo-se em capitais produtivos, a especialização da mão-de-obra e a divisão do trabalho. Defende ainda que os interesses da coletividade são atendidos de forma indireta quando os indivíduos buscam atender ao seu interesse próprio, a chamada “mão invisível do mercado”. Destaca a importância da liberdade econômica para a busca do bem-estar social e para o desenvolvimento de uma nação.

Já David Ricardo, em sua principal obra “Princípios de Economia e Tributação”, publicada em 1817, tem como preocupação central o crescimento econômico, e defende a concentração de renda em favor dos capitalistas urbanos industriais, por serem os responsáveis pela acumulação que

determina o crescimento econômico e geram mais emprego e desenvolvimento. Nota-se uma preocupação central com o crescimento da economia, e não necessariamente no processo de desenvolvimento.

Marx também utilizou o termo desenvolvimento econômico em sua teoria. Ele criticou a lógica capitalista que é decorrente do crescimento da produção, motivada pela maximização dos lucros sem a extensão dos ganhos pertinentes à ampliação da produtividade para o conjunto da sociedade. O capital propicia a produção da mais-valia por meio da exploração do trabalho, o que produz um novo capital e o acumula sempre nas mãos dos capitalistas gerando assim a acumulação da riqueza dos capitalistas e da miséria dos trabalhadores.

Mesmo sem o objetivo de estudar profundamente a teoria marxista, os autores observam que, para Marx, a revolução industrial, o capitalismo promoveu o crescimento da produção e a forte concentração funcional da renda, não contribuindo para a melhoria na qualidade de vida para a maior parte das pessoas, os trabalhadores quando o critério é a quantidade de riqueza produzida no estágio de produção econômica capitalista.

Lewis (1960), considera importante o crescimento econômico para se alcançar o desenvolvimento, pois permite escolher como melhor aproveitar o tempo, seja, por exemplo, ter mais tempo para o lazer ou mais bens e serviços. Para ele o crescimento econômico é um aliado do desenvolvimento, porém, o excessivo materialismo e o individualismo podem resultar no aumento da desigualdade das possibilidades de escolha entre os indivíduos; no entanto, essa desigualdade pode ser coibida com ações institucionalistas de interesse da coletividade.

Os autores também falar pouco sobre a discussão do desenvolvimento na América Latina e mais especificamente no Brasil.

Na América Latina o pensamento econômico e a discussão do desenvolvimento adquiriram força depois da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Comissão Econômica da América Latina e Caribe – Cepal, que tinha como objetivo central o debate sobre o desenvolvimento econômico da região, e criticavam a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Segundo essa teoria, a América Latina deveria produzir para o mercado externo

matérias-primas e produtos agrícolas com baixa incorporação de tecnologia, resultando assim, numa estruturação de uma relação de troca desigual dos países do subcontinente com as nações desenvolvidas, com a venda de produtos cada vez mais baratos e a compra de produtos industrializados com elevado valor agregado graças à maior incorporação tecnológica.

No Brasil, o debate entre as suas principais correntes de pensamento econômico em relação às políticas desenvolvimentistas do país está diretamente associado ao processo de industrialização e à participação do Estado na economia, priorizando a estratégia de crescimento econômico e as relações com o setor externo e a política de desenvolvimento, e ficando em segundo plano a melhora na qualidade de vida. O pensamento cepalino assim acreditava que a expansão industrial e a produção de empregos urbanos associados à renovação fabril da economia provocariam, automaticamente, a elevação da qualidade de vida da população brasileira.

A corrente liberal apresenta como alternativas para o crescimento econômico a estabilização da economia, o aumento da produtividade, o estímulo às exportações, a liberdade para o capital estrangeiro e o Estado mínimo. Preocupavam-se unicamente com o crescimento econômico e para isso defendiam que o Estado deveria controlar as grandes variáveis macroeconômicas, cabendo ao mercado resolver os problemas distributivos.

Defendendo a corrente nacionalista, seguindo a cepalina e defendendo a ampla participação do Estado na atividade econômica, destaca-se Celso Furtado e a sua defesa a interferência do Estado desde as inovações tecnológicas na agricultura para romper com os laços da antiga oligarquia rural, até à participação das empresas estatais, em especial no setor de infraestrutura, para a industrialização do país.

Essa participação do Estado tinha como objetivo melhorar a distribuição regional e setorial dos investimentos, promover melhor distribuição de renda, no sentido de ampliar o mercado consumidor interno, controlar a entrada de capital estrangeiro no país, reduzindo a dependência financeira externa, e oferecer mais autonomia na execução das políticas públicas. O estado participaria, portanto, diretamente no setor produtivo da economia.

Para Furtado (1967) o desenvolvimento está ligado ao aumento da produtividade (renda per capita) determinado pelo crescimento econômico com modificações estruturais, que são transformações nas relações e proporções internas do sistema de produção que tem como causa básica a mudança na forma de produção associada a modificações na distribuição e utilização da renda. O aumento da produtividade só é possível com melhor utilização dos recursos, o que implica acumulação de capital, inovação tecnológica e realocação dos recursos que acompanham o aumento do fluxo de renda condicionado pela composição da procura, que é a expressão de valores da sociedade.

A partir da exposição das diferentes conceituações que os economistas elaboraram acerca do desenvolvimento econômico Vieira e Santos (2012) confrontam as divergências e elaboram uma definição de critérios mínimos para delimitar suas características. Definem desenvolvimento econômico como um processo dinâmico por meio do qual a quantidade de bens e serviços produzidos por uma coletividade em unidade de tempo determinada tende a crescer mais rapidamente que ela. Ocorre de forma quantitativa e qualitativa.

Representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra. A elaboração de soluções econômicas para os desafios da vida material cujo impacto resulte na distribuição mais adequada dos recursos produzidos implica na efetivação do desenvolvimento econômico

Souza (2005) defende que o crescimento da renda per capita é fundamental para melhorar indicadores sociais. Porém, além da renda per capita, devem-se considerar indicadores que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como alimentação da população mais pobre é indispensável para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

Para sintetizar os indicadores o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) elaborou e elabora o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que mede o nível de desenvolvimento dos países, regiões e municípios (nos municípios com algumas adaptações). O IDH é calculado pela média simples de três componentes, que são: longevidade, educação (taxa de alfabetização, peso 2/3, e taxa de matrícula nos três níveis de ensino, peso 1/3)

e nível de renda (PIB real per capita em dólares PPC). O IDH varia de 0 a 1. Quem tem um IDH menor ou igual a 0,4999 tem um desenvolvimento humano baixo. Quem tem IDH entre 0,5 e 0,799 tem um desenvolvimento humano médio, e quem tem IDH maior ou igual a 0,800 tem desenvolvimento humano alto. (Souza, 2005)

1.1- O Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

(AMARAL,2001)

Até a década de 1950 as questões da concentração e da aglomeração ocupavam lugar central nas teorias e nos modelos tradicionais de localização industrial. Essas teorias relacionadas a autores tais como: Von Thunen, Weber, Predol, Cristaller, Losch e Isard encontram limites ao tentar explicar o processo de localização e de endogeneização regional.

Segundo Arthur (1994) e Krugman (1991a;1995a, 1996), isso só acontece em razão da escolha metodológica que não permite apreender a complexidade dos processos concretos e dinâmicos da concentração das atividades econômicas sobre um determinado espaço. Para eles essas teorias são muito estáticas por se limitarem a quantificar os custos e lucros a fim de assim definirem a localização ótima da firma numa determinada região.

Conceitos e estratégias de desenvolvimento regional da década de 1950 chamaram a atenção dos sistemas de planejamento nos anos 1960. destacaram-se assim, três conceitos chaves, são eles: “ Pólo de crescimento” de Perroux (1955); “causação circular cumulativa” de Myrdal (1957) e “efeitos para trás e para frente” de Hirschman (1958) embasados pelos pioneiros das

teorias de desenvolvimento econômico (Nurkse, Rosenstein-Rodan, etc) esses três autores começaram a dar mais ênfase aos fatores dinâmicos da aglomeração, na medida que incorporaram como fator de localização a “complementariedade” entre firmas e setores, assim como a noção de economia de escala mínima da firma.

Para Arthur e Krugman esses últimos conceitos ajuda a se chegar a uma teoria mais convincente sobre a localização industrial, e por isso empenharam-se para refazer a teoria da localização e para devolver à Economia Regional seu devido lugar no *mainstream* da Ciência Econômica, porém, sem menosprezar a importância dos “custos de transporte”.

Para isso incorporaram as ideias marshallinas de “economias externas” e encararam de frente a discussão tabu dos rendimentos crescentes e lançaram mão de poderosos instrumentos matemáticos usados no tratamento de sistemas complexos para formalizar seus modelos tendo como resultado a comprovação de que, a existência de custo de transporte baixo, de rendimentos crescentes e de uma intensa demanda local contribui para a perenização de uma certa aglomeração industrial (LECOQ, 1995).

O debate sobre o fenômeno do desenvolvimento regional/local endógeno tem se dividido em duas grandes tendências na literatura evolucionista e institucionalista recente. A de natureza indutiva parte de estudos específicos para mostrar as particularidades das condições determinadas de cada caso de desenvolvimento local. Já a de natureza dedutiva parte comumente de postulados mais gerais sobre a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas.

Para Amaral (2001) existe certo consenso entre essas duas tendências, já que reconhecem que há alguns anos estaria surgindo oportunidades para as regiões e locais fora dos grandes eixos de aglomeração fordista, ou fora da dualidade centro-periferia, engendrar processos de desenvolvimento. Temos assim, de um lado os autores que defendem políticas de implantação de distritos industriais do tipo marshalliano e do outro estão aqueles autores que, preocupados com o declínio de várias regiões tradicionalmente industriais, passaram a defender iniciativas de reestruturação ou de estruturação regional baseadas na “alta tecnologia” ou na intensificação das inovações.

Segundo Amaral (2001) o aspecto novo desse debate, que pode ser promovido entre adeptos da economia imperfeita e a grande corrente dos evolucionistas e institucionalistas, é a refutação do indeterminismo do processo de desenvolvimento regional ou local, o que pode ser visto como papel da “história”, como também nas “antecipações” e nas “ações dos protagonistas locais”. Assim a definição do modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado. E mais do que isso, o aspecto novo trazido pelas novas abordagens da Economia Regional está na recuperação vigorosa das noções de intertemporalidade e de irreversibilidade na trajetória do desenvolvimento econômico.

Como resultado, a estruturação do modelo alternativo de desenvolvimento regional é realizada por meio de um processo de organização social regional ou de ação coletiva. As características marcantes desse processo são a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca na mão desses o destino da economia local ou regional.

O modelo alternativo de desenvolvimento sugerido é um modelo endógeno construído “de baixo para cima”, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local além de associar ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, a um sistema com coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores.

1.2- Desenvolvimento Regional Sustentável

Para se chegar a uma definição completa de desenvolvimento temos que considerar, além de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente. Com o passar do tempo a tendência natural do crescimento econômico é esgotar os recursos da natureza, através de sua utilização indiscriminada. Colocamos em risco as florestas, as reservas minerais, extinção de animais, esgotamento das fontes de água potável,

poluição dos mananciais de água, infestar o ar atmosférico, interferindo no próprio clima e no regime de chuvas, o que afeta a saúde da população.

Assim, o desenvolvimento para ser completo e viável, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas, tem que garantir a preservação do meio ambiente, sobretudo os recursos naturais renováveis, tem que ser um desenvolvimento sustentável.

Surge assim, o conceito de sustentabilidade, que foi oficialmente apresentado na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), no ano de 1988, e mesmo existindo diversas críticas, os países participantes da conferência aceitaram praticamente com unanimidade.

Ao divulgar tal conceito, o principal objetivo dessa comissão foi propor uma agenda global, com propósitos de conduzir a humanidade frente aos principais problemas ambientais do planeta e ao progresso.

“Sustentabilidade é a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND apud SCHARF, 2004,p.19).

A partir do Relatório dessa conferência e da formulação do conceito, outras concepções passaram a ser utilizadas:

o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. SUDENE

Posteriormente, em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu uma nova Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), e, como resultado foram produzidos importantes documentos, que representam instrumentos de comprometimento internacional voltados para o desenvolvimento sustentável, considerados marcos constitucionais para o esforço conjunto de governos de todo o mundo para ações que aliem

desenvolvimento e meio ambiente, entre eles temos a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios Sobre o Uso das Florestas, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Agenda 21.

Nessa conferência ficou definido que a Agenda 21 seria um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Não houve resistência dos países para a liberação do acordo.

Impulsionados pela Conferência e pelas discussões, seguindo a Agenda 21 global, governos e sociedade deram início ao conjunto de ações de construção da Agenda 21 local, o Brasil também criou a sua.

Segundo o sitio do Ministério do Meio Ambiente,

A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002. (MMA, 2010)

A Agenda 21 brasileira tem como ações prioritárias os programas de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda), a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Segundo esse estudo, o ponto mais importante dessas ações prioritárias, é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício.

A partir da definição das ações da Agenda 21 brasileira, várias outras instituições como os governos, as empresas também criaram a sua própria Agenda 21, implementando ações que sejam sustentáveis. Essa passou a ser uma preocupação

principalmente das grandes empresas, que seguem tendências de mercado mundial e não querem estar em desacordo com o que se espera de uma empresa socialmente responsável.

1.3-Desenvolvimento Regional Sustentável na visão do Banco do Brasil

O Banco do Brasil, observando e seguindo as novas tendências mundiais, ao perceber que o padrão de consumo no Brasil na última década vem mudando, e que a sociedade pede produtos e serviços voltados especificamente para as questões sociais e ambientais incorporou à sua missão promover o desenvolvimento sustentável e elaborou assim um Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável.

Surgiu assim a Agenda 21 do Banco do Brasil, que é uma agenda socioambiental cujas ações evidenciam o comprometimento da Empresa com o desenvolvimento sustentável em seus negócios. Essa agenda está em contínuo processo de construção e é sempre atualizada, incorporando novos desafios e consolidando e aprofundando ações. (BB, 2010)

Tem como um dos seus eixos os Negócios com foco no Desenvolvimento Sustentável e atua por meio da Estratégia DRS que nada mais é do que uma estratégia comercial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o Banco do Brasil está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural.(BB, 2010)

Ilustração 1 – Eixos do DRS

A estratégia DRS, como é chamada, propõe-se a:

- Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda.
- Democratizar o acesso ao crédito.
- Impulsionar o associativismo e o cooperativismo.
- Contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida.
- Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

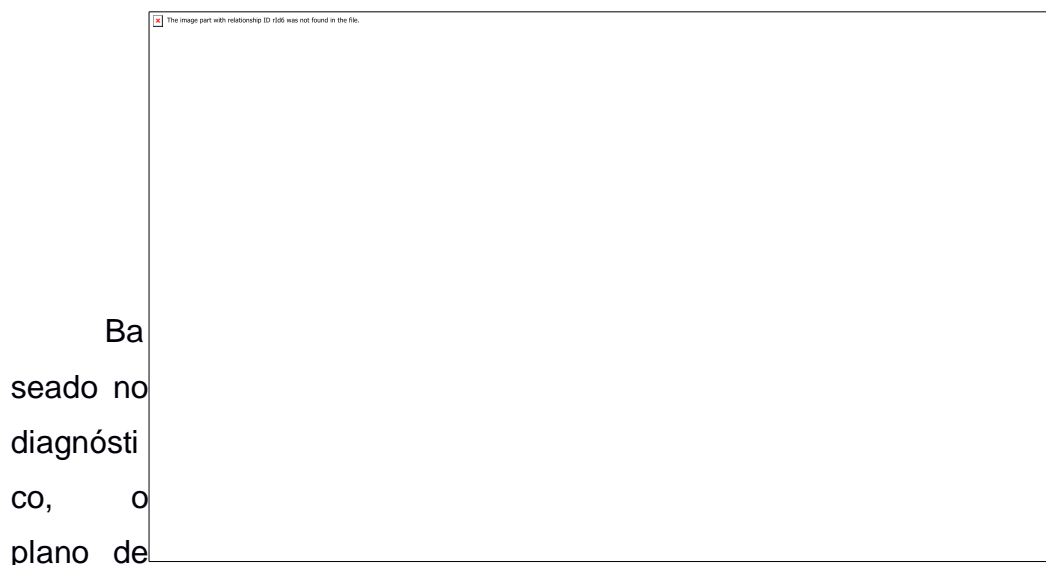
A atuação do Banco do Brasil nessa estratégia se dá por meio do apoio a atividades produtivas, com a visão de cadeia de valor, identificadas como vocações ou potencialidades nas diferentes regiões onde o banco atua, sejam elas nas áreas rurais ou urbanas.

Tem como metodologia de atuação a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e ainda a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas e identificados pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

A metodologia de atuação prevê a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e ainda a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas

e identificados pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Esquemáticamente, a metodologia se divide nas seguintes fases:

Ilustração 2 – Fases da metodologia DRS



Negócio DRS é elaborado e são definidos os objetivos, as metas e as ações para implementação, além do monitoramento das ações e avaliação de todo o processo. (BB, 2010)

A elaboração do Plano de Negócios DRS é feita após a elaboração de um amplo diagnóstico obtido com sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, abordando a cadeia de valor das atividades produtivas e identificados pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças e definindo os objetivos, as metas e as ações para implementação desse plano e, posteriormente, o monitoramento das ações definidas nos Planos de Negócios DRS e a avaliação de todo o processo.

Para o Banco do Brasil, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, baseada no processo de “concertação”. (BB, 2010)

A concertação é uma ação integrada, harmônica e compartilhada, que aglutina os vários agentes da cadeia de valor de uma atividade produtiva selecionada e que o Banco do Brasil acredita que esse processo estimula os atores sociais a se apropriarem da metodologia DRS e a conduzirem o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, pois os parceiros, uma vez organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar as ações planejadas, além de monitorá-las, e ainda avaliar todo o processo, uma vez que desde a escolha de atividades produtivas até a implementação dos Planos DRS, o processo é realizado de forma construtivista, inclusiva e participativa.(BB, 2010)

O Banco, os parceiros e os agentes da atividade devem estar conscientes de que os resultados e os negócios virão como consequência das ações de desenvolvimento. Para isso é preciso estabelecer metas que sejam audaciosas, mas realistas, de forma a gerar força positiva nos envolvidos, constituindo-se em desafios que estimulem o empreendedorismo e o protagonismo local.(BB, 2010)

Além do potencial de crescimento da própria atividade e de seus agentes, deve-se considerar:

- a) A convergência dos objetivos traçados com as expectativas dos parceiros e intervenientes;
- b) A contribuição da estratégia para que cada um alcance os objetivos inerentes ao seu negócio, seja na forma de ganho financeiro direto ou indireto, ganho de imagem pelo cumprimento de seu papel ou outro valor perceptível.

É imprescindível que sejam previstas metas de curto prazo para atender às necessidades imediatas da atividade e criar condições propícias para a continuidade dos trabalhos; metas de médio prazo para tratar as questões mais complexas; e metas de longo prazo para as questões estruturantes.

Os relacionamentos que definem com maior precisão o recorte territorial para a implementação da Estratégia DRS são os que ocorrem em torno das atividades produtivas.

A atuação com visão territorial visa facilitar a governança do território, com fortalecimento do capital humano e social; visa ao desenvolvimento produtivo com ganho de escala e potencializar a defesa de interesses coletivos, aumentando as oportunidades.

Cabe aos gestores e aos parceiros conhecerem a fundo o território, identificando as atividades produtivas ali desenvolvidas, as vocações e potencialidades, bem como verificar a existência de programas de governo voltados para o desenvolvimento do território que possam contribuir para as ações de DRS.

Além de atuar como instituição de crédito, no DRS o Banco do Brasil também atua como catalisador das ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais, identificando vocações, potencialidades das regiões, otimizando a capilaridade de sua rede de agências e incentivando o espírito de liderança e capacidade de mobilização de seus funcionários.

Destaca-se a capacitação dos beneficiários, para serem entes ativos no processo de desenvolvimento, o estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, a introdução de novas tecnologias, a disseminação da cultura empreendedora e a promoção do acesso ao crédito.

As atividades produtivas são apoiadas com visão de cadeia de valor, independentemente do nível de organização dos agentes da atividade (aglomerados, Arranjos Produtivos Locais ou cadeias produtivas).

Para o DRS, trabalhar com a visão de cadeia de valor significa considerar todas as etapas de produção e distribuição que agregam valor a produtos e serviços até o consumidor final. A cadeia de valor abrange a cadeia produtiva (matéria-prima até produto/serviço), a cadeia de distribuição (produto/serviço até o consumidor final), bem como todos os elementos de influência direta e indireta não descrita na forma de atividade (como governos, cooperativas e instituições públicas e privadas, entre outras).

O correto gerenciamento de uma cadeia de valor pode se tornar um diferencial competitivo, na medida em que colabora para a melhoria da rentabilidade do empreendimento, por meio da identificação e eliminação de atividades que não adicionam valor ao produto, evitando-se, assim, dispêndios desnecessários ao longo do processo. Por meio da análise da cadeia de valor, decisões estratégicas fundamentais tornam-se mais nítidas e decisões de investimento podem ser vistas de uma perspectiva do seu impacto na cadeia global.(BB, 2010)

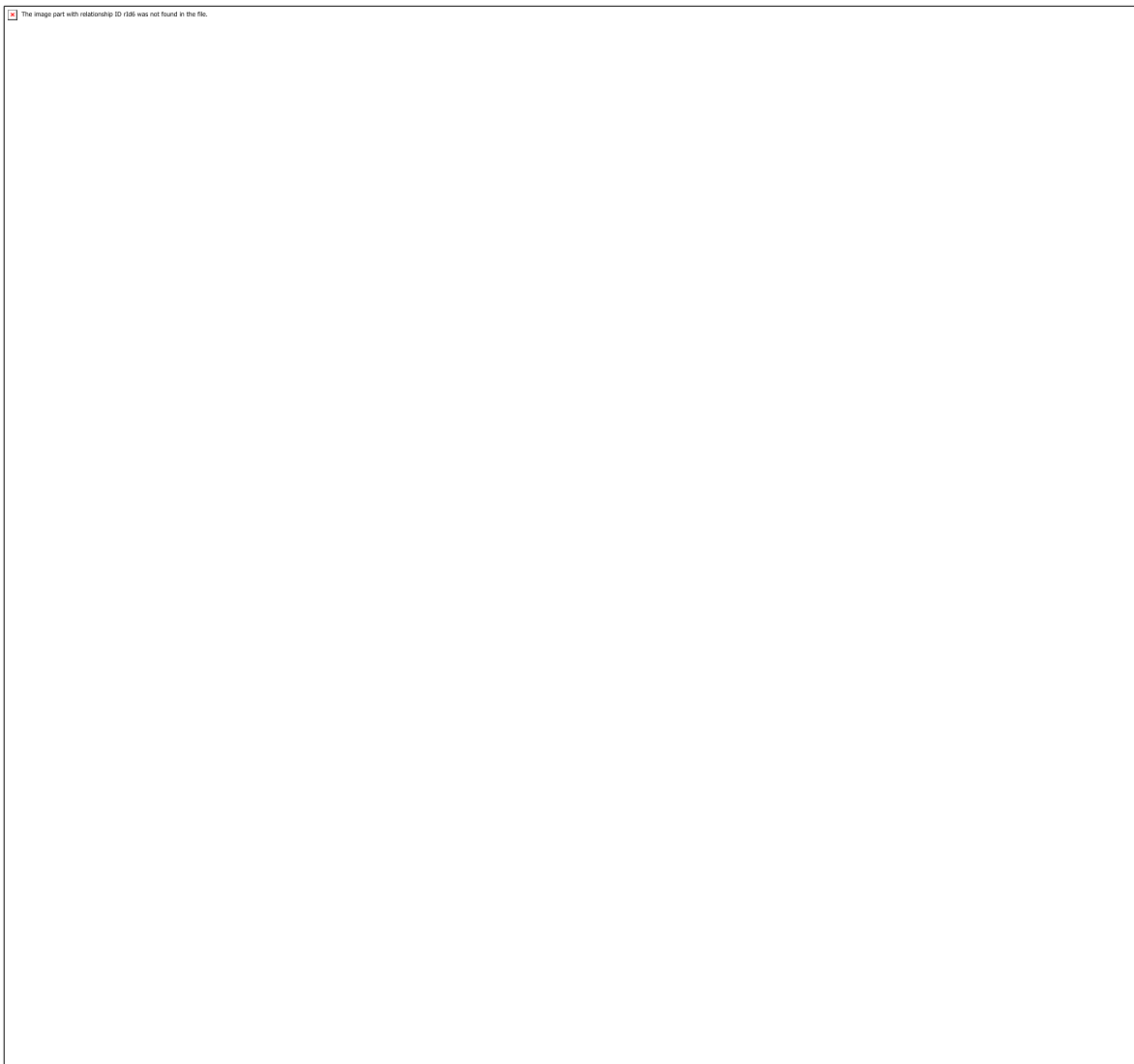
Construir uma vantagem competitiva sustentável exige conhecimento de todos os atores envolvidos – agentes locais, intervenientes diretos ou indiretos da atividade produtiva – e dos estágios-chave que podem conduzir ao sucesso. Essa é a visão de cadeia de valor; assim é com a estratégia DRS.

A atuação em cadeia de valor se caracteriza pelas relações de entrega e recebimento que agregam valor a produtos e serviços.

2 - PLANOS DRS NAS AGENCIAS DO BANCO DO BRASIL QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VITÓRIA DA CONQUISTA

O estado da Bahia tem 567.295km² de extensão. Por compreender a complexidade de reconhecer e caracterizar uma extensão territorial tão grande e por entender que o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões depende de identificar prioridades temáticas a partir da realidade local, o governo do Estado reconheceu, na Bahia, a existência de 27 territórios de identidade.

Ilustração 3 – Divisão do estado da Bahia em Territórios de Identidade



FONTE: BAHIA (2007)

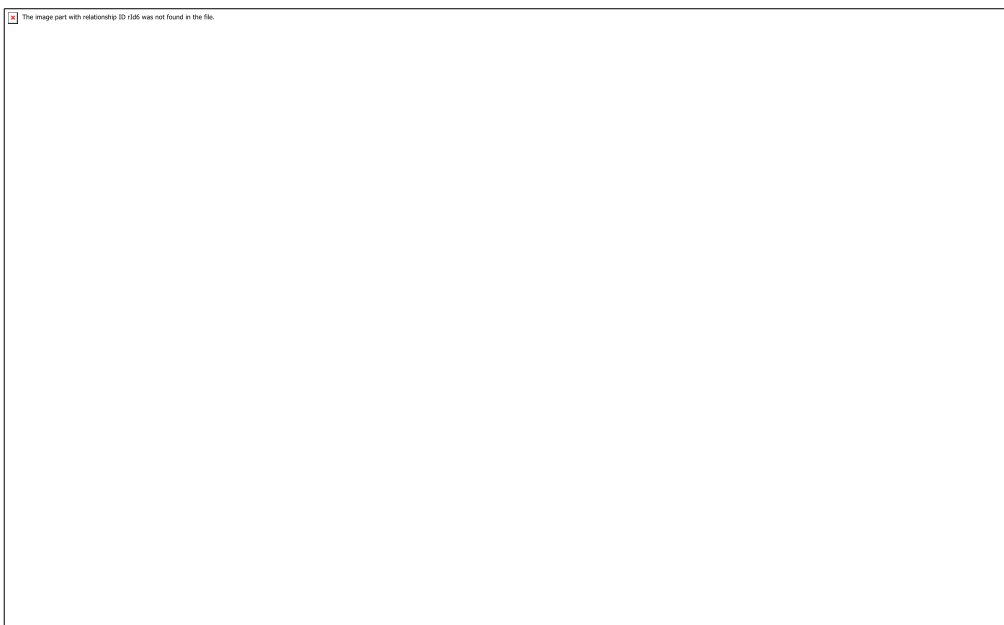
A Secretaria de Planejamento da Bahia conceitua território como sendo

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2010)

Os Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento.

O Território de Identidade de Vitória da Conquista é formado por 24 municípios, como mostra o mapa a seguir. Desses 24 municípios, temos agência do Banco do Brasil em 12. São eles: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Candido Sales, Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Planalto, Poções, Tremedal e Vitória da Conquista.

ILUSTRAÇÃO 4 - Localização do Território de Identidade de Vitória da Conquista (BA) no Brasil



Fonte: Rocha e Amaral (2011).

Destes doze municípios, atualmente temos 10 que desenvolvem atualmente um ou mais DRSs.

A seguir caracterizaremos os DRSs de cada município e apresentaremos os dados do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que tem como base o Censo de 2010.

2.1-ANAGÉ

Fundada em 1962, tem uma população de 25.516 habitantes, de acordo com o IBGE (2010), sua área é de 1860,36 km², e com uma densidade demográfica de 13,71 hab/km². O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) no ano de 2010 foi 0,540, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,771, seguida de Renda, com índice de 0,549, e de Educação, com índice de 0,371.

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,191, em 1991, para 0,540, em 2010, enquanto o IDHM da para a Bahia passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 182,72% para o município e 47% para o estado; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,86% para o município e 53,85% em relação ao estado. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,340), seguida por Longevidade e por Renda. Na Bahia, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Anagé ocupa a 5325ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

A renda per capita média de Anagé cresceu 177,93% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 87,62, em 1991, para R\$ 116,86, em 2000, e para R\$ 243,52, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,53%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,25%, entre 1991 e 2000, e 7,62%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 87,28%, em 1991, para 69,90%, em 2000, e para 39,06%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,44, em 1991, para 0,54, em 2000, e para 0,48, em 2010.

TABELA 1 – Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade - Anagé - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	87,62	116,86
% de extremamente pobres	56,03	44,00
% de pobres	87,28	69,90
Índice de Gini	0,44	0,54

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2010)

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 48,32% em 2000 para 48,11% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,76% em 2000 para 6,95% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 54,88% trabalhavam no setor agropecuário, 0,25% na indústria extrativa, 1,15% na indústria de transformação, 7,22% no setor de construção, 0,54% nos setores de utilidade pública, 7,49% no comércio e 24,19% no setor de serviços.

2.1.1- DRS MANDIOCA

2.1.1.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO:

A sobrevivência dos produtores envolvidos nesse plano de DRS depende unicamente da produção/beneficiamento da mandioca. A maioria possui pequenas propriedades de até 10 hectares. Nos períodos chuvosos é comum o plantio de outras culturas como o feijão e o milho, para a subsistência. A maioria dos produtores já migrou, pelo menos uma vez para São Paulo, motivados ou pela seca ou pela procura por trabalho. Mesmo com todas as adversidades do local, a maioria dos produtores, ao responderem uma pesquisa encomendada pela Fundação Banco do Brasil, declarou-se feliz, principalmente por viver numa comunidade onde contam com a solidariedade dos outros moradores.

A produção de mandioca no município é caracterizada pelo emprego de pouca tecnologia e ausência de assistência técnica satisfatória, 90% dos produtores não usam nenhum tipo de adubação lavoura e 87% não fazem análise de solo. 80% cultivam a mandioca mais de uma vez na mesma área, sem intervalo e cerca de 70% utilizam as queimadas no preparo da terra. O cultivo de modo geral é feito através de práticas tradicionais, seguindo o exemplo dos antepassados.

Uma das dificuldades encontradas é a ausência de infra-estrutura de armazenamento, o que impede os produtores de realizarem a comercialização em bloco, para melhorar o preço.

Percebe-se que em muitos casos o analfabetismo, a ausência de extensão rural e a falta de tradição para agir de forma comunitária são obstáculos para uma melhor organização da comunidade.

Assim, o mercado de farinha na região é marcado pela informalidade e pelo individualismo, onde os agentes são caracterizados como produtores/processadores/distribuidores e processadores/distribuidores.

Os produtos são comercializados no mercado atacadista, sem marca e, geralmente através de atravessadores.

2.1.1.2- CENÁRIO EM 2010

A produção da mandioca emprega pouca tecnologia, mas conta com assistência técnica oferecida através de parceiras estabelecidas entre os produtores e os parceiros como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB e as cooperativas.

A população conta com programas governamentais como o Brasil alfabetizado e o Bolsa família que vem possibilitando mais acesso à informação e a possibilidade de se manter na região sem precisar migrar do campo para a cidade nos períodos de seca.

2.2- BARRA DO CHOÇA

Terra fértil, onde se produzem os melhores grãos de café da Bahia. Sua população e de 34,788 habitantes, seu município de origem é Vitoria da Conquista, seu clima é subúmido a seco. Dos 34,788 habitantes, 22.407 situam se na zona urbana, e os demais 12,381 na zona rural. A economia predominante do município é a atividade agropecuária, a cultura do café corresponde a 83% da atividade econômica do município e da mão de obra, em segundo o feijão, milho, leite, como nova diversificação da cultura aparece a apicultura.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,219, para 0,551, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 151,60% e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,49% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,347), seguida por Longevidade e por Renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Barra do Choça é 0,551, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,770, seguida de Renda, com índice de 0,563, e de Educação, com índice de 0,386. Ocupa a 5186ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

A renda per capita média de Barra do Choça cresceu 104,79% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 129,95, em 1991, para R\$ 140,40, em 2000, e para R\$ 266,13, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,84%. A taxa média anual de crescimento foi de 0,86%, entre 1991 e 2000, e 6,60%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 78,65%, em 1991, para 61,95%, em 2000, e para 31,84%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,51, em 1991, para 0,35, em 2000, e para 0,44, em 2010.

TABELA 2 – Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade - Barra do Choça - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	129,95	140,40
% de extremamente pobres	42,24	19,63
% de pobres	78,65	61,95
Índice de Gini	0,51	0,35

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,26% em 2000 para 64,78% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 7,69% em 2000 para 5,52% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 52,16% trabalhavam no setor agropecuário, 0,22% na indústria extrativa, 2,42% na indústria de transformação, 9,60% no setor de construção, 0,48% nos setores de utilidade pública, 9,84% no comércio e 23,41% no setor de serviços.

2.1.1- DRS CAFEICULTORES

2.2.1.1 - CENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DO DRS

A Cafeicultura é fator predominante da economia do município com avanços regulares. A atividade constitui-se de pequenas propriedades, onde todos os produtores envolvidos no DRS sobrevivem da produção do café e dos demais produtos tais como: pimenta, milho, feijão, banana e mel.

Os produtores estão organizados em associações e fazem parte da COOPERBAC (Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região LTDA). Contam também com o total apoio do Banco do Brasil,

Prefeitura Municipal de Barra do Choça, através das Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Agência de Desenvolvimento e dos parceiros como a UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), CDL (Câmara de Dirigentes e Lojistas), entre outros.

O sistema de produção é caracterizado pelo plantio tradicional, sem irrigação e uso de pouca tecnologia. Contam com a assistência técnica da Secretaria de Agricultura. O Sistema de beneficiamento/processamento é desenvolvido através de terreiros, despoldador e estufa.

A comercialização é realizada a nível local e regional e de forma individualizada. Não existe uma marca padrão e o preço é estabelecido pelo mercado. Não são realizadas práticas de planejamento e controle da atividade.

Tem como pontos fortes: o clima e o solo da região. E as parceiras com a UESB e a Secretaria de Agricultura do município.

E como pontos fracos: comercialização realizada de forma individual, más condições das estradas, ausência de uma estufa padrão, com custo mais baixo para os produtores, desmatamento e poluição.

Tem como principais ameaças a volatilidade do preço na época da colheita, uso de agrotóxico, atravessadores, concorrência, plantio irregular do eucalipto em substituição ao reflorestamento com árvores nativas.

Tem como metas a realização de cursos de capacitação dos produtores, visando melhora na qualidade do café e o aumento da produtividade; gestão junto aos órgãos públicos para melhorar as condições das estradas para escoamento da produção; implementação do programa de reflorestamento das nascentes através da UESB; organização dos produtores através da COOPERBAC, visando o ganho de produção, comercialização e aquisição de insumos, bem como melhoria nas condições social, econômica e no meio ambiente.

2.2.1.2- CENÁRIO em 2010

A partir de ações realizadas foram obtidos importantes resultados para a cadeia produtiva da cafeicultura nesta região. Com destaque para o

fortalecimento da COOPERBAC na organização, no beneficiamento e na comercialização do produto de agricultores familiares, ampliação da assistência técnica e capacitação dos produtores de café; incremento do crédito rural através do Banco do Brasil para o investimento em equipamentos e infraestrutura de produção e beneficiamento nas propriedades, e também para o custeio da lavoura.

2.3 - BELO CAMPO

Segundo o Censo 2010 sua população residente é de 16.021 pessoas. Tem uma área de 610,91 km², uma densidade demográfica de 26,23 hab/km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,575, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,760, seguida de Renda, com índice de 0,562, e de Educação, com índice de 0,444.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,286), seguida por Longevidade e por Renda.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,252, em 1991, para 0,575, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 128,17% e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,82% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,387), seguida por Longevidade e por Renda.

Belo Campo ocupa a 4742^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

A renda per capita média de Belo Campo cresceu 108,73% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 126,25, em 1991, para R\$ 198,83, em 2000, e para R\$ 263,52, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,95%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,18%, entre 1991 e 2000, e 2,86%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 73,81%, em 1991, para 52,39%, em 2000, e para 39,69%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,51, em 1991, para 0,52, em 2000, e para 0,49, em 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Belo Campo - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	126,25	198,83
% de extremamente pobres	45,29	25,68
% de pobres	73,81	52,39
Índice de Gini	0,51	0,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,63% em 2000 para 61,27% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 12,05% em 2000 para 6,12% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 38,65% trabalhavam no setor agropecuário, 0,08% na indústria extrativa, 10,01% na indústria de transformação, 7,11% no setor de construção, 0,91% nos setores de utilidade pública, 11,76% no comércio e 29,09% no setor de serviços.

2.3.1- DRS DE MANDICA

2.3.1.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO:

Todos os produtores envolvidos no DRS sobrevivem da produção/beneficiamento de mandioca, a maior parte possui pequenas propriedades, de até 10 hectares. O plantio de outras culturas, como o milho e o feijão, é restrito aos períodos chuvosos, sempre na perspectiva da subsistência. A maior parte do público já migrou alguma vez, principalmente para São Paulo, contudo a seca não é a principal razão da migração, mas sim a busca por emprego.

O sistema de produção de mandioca na região de abrangência é desenvolvido predominantemente por pequenos agricultores e caracterizado pelo emprego de pouca tecnologia e ausência de assistência técnica satisfatória. De modo geral o cultivo é feito utilizando práticas tradicionais, a maioria das lavouras não são adubadas, não é feita a análise do solo, utilizam as queimadas para o preparo da terra, o que interfere na produtividade e na qualidade do produto.

Outra dificuldade é a ausência de infra-estrutura de armazenamento, o que impede que os produtores realizem a comercialização em bloco, melhorando, assim, o preço.

No beneficiamento a mandioca possui uma grande variedade de usos, dos quais a farinha e a fécula são os mais importantes. Quando existe elevação na cotação do preço desses produtos verifica-se que os elos da cadeia mais organizados, aqueles situados imediatamente anterior ao consumo final, ficam com maior fatia do ganho adicional. Em contrapartida, onde existe pouca organização, geralmente nos elos da produção e do beneficiamento, o incremento na renda é menor.

Ou seja, a pouca organização prejudica principalmente os produtores e processadores de farinha, que já são penalizados pelos métodos rudimentares de produção.

As associações comunitárias não têm conseguido organizar os seus associados para a produção coletiva ou para co-evoluir na formação de cooperativas para enfrentar as dificuldades da comercialização. Como obstáculos para a desorganização apontam a falta de assessoria de órgãos governamentais, ausência de extensão rural, analfabetismo, falta de tradição para agir de forma comunitária, interesses políticos desvinculados da real necessidade dos agricultores, que não raramente são pressionados a agirem contra seus próprios interesses.

Assim, o mercado de farinha da região é marcado pela informalidade e pelo individualismo, os agentes caracterizam-se como produtores-processadores-distribuidores e processadores-distribuidores, que comercializam produtos sem marca diretamente no varejo, uma pequena parte no mercado atacadista, geralmente via atravessadores.

2.3.1.2- CENÁRIO EM 2010:

Atualmente a atividade conta com o apoio de parceiros como o Banco do Brasil por meio de sua Fundação, prefeitura do município, sindicatos, UESB, órgãos que prestam assistência técnica, Sebrae, Embapra, ASA, além de movimentos como o MPA e o MST.

Em entrevista realizada em março de 2010 os participantes mencionaram o uso de queimadas e desarmamento de mata nativa para criação de novas áreas de plantio, e uso da madeira para combustível de fornos e casas de farinha. Mencionaram também degradação do solo por conta de erosão, poluição do solo por manipueira lançada no ambiente indiscriminadamente, desgaste de nutrientes do solo por uso constante da área para plantio sem a devida adubação.

Ao serem questionados sobre a existência de políticas públicas voltadas para a atividade produtiva foram mencionadas: Assistência técnica contratada pelo governo APESBA (que não é específica para a cadeia da mandioca) entidades parceiras como EBDA, COOPASUB, prefeitura e ASTEC. Além de programas como o PNAE e PAA(Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar) e a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), foram citadas

as linhas de crédito para financiamento da agricultura do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste e o Garantia Safra.

As seguintes ações foram promovidas para minimizar os impactos: Utilização de caixas de decantação para a manipueira, orientações prestadas pelas Assistências técnicas em dias de campo e visitas para orientação, plano de reflorestamento, uso de grelhas para reduzir o uso de madeiras nativas, uso de blocos de cerâmica refratária, introdução de sombreamento em algumas culturas, construção de cisternas e poços artesianos pelo ASA, Política de preços mínimos e incentivos ao cooperativismo.

2.4- CONDEÚBA

Seu tipo climático é subúmido a seco. Sua população atualmente possui 16.898 habitantes, sendo 7.462 habitantes pertence a zona urbana e 9.436 habitantes na zona rural. Em 2010 sua população de 16.898, em uma área de 1241,76 km² sua densidade demográfica era de 13,14 hab./km².

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,298 para 0,582, Isso implica em uma taxa de crescimento de 95,30% e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 59,54% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,356), seguida por Longevidade e por Renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Condeúba é 0,582, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,789, seguida de Renda, com índice de 0,559, e de Educação, com índice de 0,447.

Condeúba ocupa a 4590^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

A renda per capita média de Condeúba cresceu 78,52% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 145,68, em 1991, para R\$ 199,91, em 2000, e para R\$ 260,07, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,10%. A taxa média anual de crescimento foi de

3,58%, entre 1991 e 2000, e 2,67%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 84,60%, em 1991, para 61,90%, em 2000, e para 40,30%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,72, em 1991, para 0,64, em 2000, e para 0,49, em 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Condeúba - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	145,68	199,91
% de extremamente pobres	60,79	36,29
% de pobres	84,60	61,90
Índice de Gini	0,72	0,64

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 50,48% em 2000 para 52,00% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,73% em 2000 para 6,57% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 44,78% trabalhavam no setor agropecuário, 0,21% na indústria extrativa, 6,58% na indústria de transformação, 6,78% no setor de construção, 0,99% nos setores de utilidade pública, 8,31% no comércio e 28,16% no setor de serviços

2.4.1- DRS DE MANDIOCA

2.4.1.1- CENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO:

Todos os produtores envolvidos no DRS sobrevivem da produção/beneficiamento de mandioca, a maior parte possui pequenas propriedades, de até 10 hectares. O plantio de outras culturas, como o milho e o feijão, é restrito aos períodos chuvosos, sempre na perspectiva da subsistência. A maior parte do público já migrou alguma vez, principalmente para São Paulo, contudo a seca não é a principal razão da migração, mas sim a busca por emprego.

O sistema de produção de mandioca na região de abrangência é desenvolvido predominantemente por pequenos agricultores e caracterizado pelo emprego de pouca tecnologia e ausência de assistência técnica satisfatória. De modo geral o cultivo é feito utilizando práticas tradicionais, a maioria das lavouras não são adubadas, não é feita a análise do solo, utilizam as queimadas para o preparo da terra, o que interfere na produtividade e na qualidade do produto.

Outra dificuldade é a ausência de infra-estrutura de armazenamento, o que impede que os produtores realizem a comercialização em bloco, melhorando, assim, o preço.

No beneficiamento a mandioca possui uma grande variedade de usos, dos quais a farinha e a fécula são os mais importantes. Quando existe elevação na cotação do preço desses produtos verifica-se que os elos da cadeia mais organizados, aqueles situados imediatamente anterior ao consumo final, ficam com maior fatia do ganho adicional. Em contrapartida, onde existe pouca organização, geralmente nos elos da produção e do beneficiamento, o incremento na renda é menor.

Ou seja, a pouca organização prejudica principalmente os produtores e processadores de farinha, que já são penalizados pelos métodos rudimentares de produção.

As associações comunitárias não tem conseguido organizar os seus associados para a produção coletiva ou para co-evoluir na formação de cooperativas para enfrentar as dificuldades da comercialização. Como obstáculos para a desorganização apontam a falta de assessoria de órgãos governamentais, ausência de extensão rural, analfabetismo, falta de tradição para agir de forma comunitária, interesses políticos desvinculados da real necessidade dos agricultores, que não raramente são pressionados a agirem contra seus próprios interesses.

Assim, o mercado de farinha da região é marcado pela informalidade e pelo individualismo, os agentes caracterizam-se como produtores-processadores-distribuidores e processadores-distribuidores, que comercializam produtos sem marca diretamente no varejo, uma pequena parte no mercado atacadista, geralmente via atravessadores.

2.4.1.2- CENÁRIO EM 2010:

A atividade da mandiocultura do DRS está inserida em uma região que sofre limitações climáticas(seca), problema este que tem agravado a perda de muitas lavouras. Os beneficiários relatam que ainda não tem o suporte técnico adequado para desenvolver a atividade de forma mais produtivas. Além disso existe ainda o processo migratório por parte de alguns agricultores no período da estiagem para a região sudoeste do país em busca de melhores condições de vida, abandonando, assim, a atividade agrícola que vinham desenvolvendo.

2.5- JACARACI

Jacaraci possui uma área de 1.246,78 km², distancia da capital 696 km. Seu tipo climático é úmido a subúmido, sua população atual é de 13.651 habitantes. 4.923 pessoas vivem na zona urbana, e 8.728 pessoas na zona rural. Sua economia está centrada na produção agropecuária. Sua densidade demográfica é de 10,95 hab/km².

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,299 para 0,593. Isso implica em uma taxa de crescimento de 98,33% e em uma taxa de

redução do hiato de desenvolvimento humano de 58,06% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,389), seguida por Renda e por Longevidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Jacaraci é 0,593, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,741, seguida de Renda, com índice de 0,573, e de Educação, com índice de 0,490.

Jacaraci ocupa a 4309ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Entre 2000 e 2010, a população de Jacaraci cresceu a uma taxa média anual de 0,83%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 29,06% para 36,06%. Em 2010 viviam, no município, 13.651 pessoas.

A renda per capita média de Jacaraci cresceu 174,91% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 103,13, em 1991, para R\$ 184,53, em 2000, e para R\$ 283,51, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,47%. A taxa média anual de crescimento foi de 6,68%, entre 1991 e 2000, e 4,39%, entre 2000 e 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,45, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,47, em 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Jacaraci - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	103,13	184,53
% de extremamente pobres	47,31	35,25
% de pobres	76,06	57,25
Índice de Gini	0,45	0,57

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 59,72% em 2000 para 64,15% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 6,35% em 2000 para 4,94% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 55,31% trabalhavam no setor agropecuário, 0,69% na indústria extrativa, 3,01% na indústria de transformação, 8,99% no setor de construção, 0,00% nos setores de utilidade pública, 7,15% no comércio e 22,54% no setor de serviços.

2.5.1- DRS MANDIOCA

2.5.1.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO:

A sobrevivência dos produtores envolvidos nesse plano de DRS depende unicamente da produção/beneficiamento da mandioca. A maioria possui pequenas propriedades com menos de 10 hectares. Nos períodos chuvosos é comum o plantio de outras culturas como o feijão e o milho, para a subsistência. A maioria dos produtores já migrou, pelo menos uma vez para São Paulo, motivados ou pela seca ou pela procura por trabalho. Mesmo com todas as adversidades do local, a maioria dos produtores, ao responderem uma pesquisa encomendada pela Fundação Banco do Brasil, declararam-se felizes naquela comunidade .

A produção de mandioca no município é caracterizado pelo emprego de pouca tecnologia e ausência de assistência técnica satisfatória, 95% dos produtores não usam nenhum tipo de adubação lavoura e 90% não fazem análise de solo. 85% cultivam a mandioca mais de uma vez na mesma área, sem intervalo e cerca de 60% utilizam as queimadas no preparo da terra. O cultivo de modo geral é feito através de práticas tradicionais, seguindo o exemplo dos antepassados.

Uma das dificuldades encontradas o analfabetismo ainda como realidade na comunidade, a ausência de extensão rural e a falta de tradição para agir de forma comunitária.

Assim, o mercado de farinha na região é marcado pela informalidade e pelo individualismo, onde os agentes são caracterizados como produtores/processadores/distribuidores e processadores/distribuidores..

Os produtos são comercializados no mercado atacadista, sem marca e, geralmente através de atravessadores.

2.5.1.2- CENÁRIO EM 2010:

A produção da mandioca emprega pouca tecnologia, mas conta com assistência técnica oferecida através de parceiras estabelecidas entre os produtores e os parceiros como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB a EBDA e as cooperativas.

A população conta com programas governamentais como o Brasil alfabetizado e o Bolsa família que vem possibilitando mais acesso à informação e a possibilidade de se manter na região sem precisar migrar do campo para a cidade nos períodos de seca.

2.6- LICÍNIO DE ALMEIDA

Com área de 843,4 km², 852 m de altitude, distancia da capital 676km. Com uma população de 12,311 hab. Desses 6.276 são de domicilio urbano e 6.035 domicilio rural. No município existe uma das mais significativas áreas de plantio de cana-de-açúcar do estado, com uma anual em torno de 20.621 toneladas. No entanto, esse avanço na agricultura, foi conseguido através de processos inadequados de plantio, o que vem causando graves problemas ao meio ambiente local. Além da cana-de-açúcar e da mandioca, outros produtos agrícolas, também merecem uma atenção especial, são eles: o milho com uma produção anual em torno de 250 toneladas, a laranja com 238 e o feijão com 187 toneladas/ano. Licínio de Almeida, também possuiu números significativos

na pecuária, sendo predominantes os rebanhos de aves, bovinos, suínos e equinos. A cultura de cana-de-açúcar destaca-se pelo fornecimento de matéria-prima para agroindústrias de aguardente e venda para outros municípios. (Censo 2010)

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,328 para 0,621. Isso implica em uma taxa de crescimento de 89,33% e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,40% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,400), seguida por Renda e por Longevidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Licínio de Almeida é 0,621, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,775, seguida de Renda, com índice de 0,582, e de Educação, com índice de 0,531.

Licínio de Almeida ocupa a 3680^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

A renda per capita média de Licínio de Almeida cresceu 161,73% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 114,42, em 1991, para R\$ 214,99, em 2000, e para R\$ 299,47, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,19%. A taxa média anual de crescimento foi de 7,26%, entre 1991 e 2000, e 3,37%, entre 2000 e 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Licínio de Almeida - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	114,42	214,99
% de extremamente pobres	53,62	34,41
% de pobres	79,01	58,84
Índice de Gini	0,56	0,66

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 48,67% em 2000 para 62,99% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,03% em 2000 para 4,34% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 44,95% trabalhavam no setor agropecuário, 2,12% na indústria extrativa, 4,31% na indústria de transformação, 6,29% no setor de construção, 1,79% nos setores de utilidade pública, 10,45% no comércio e 26,93% no setor de serviços.

2.6.1- DRS DE LICINIO DE ALMEIDA

O município de Licínio de Almeida tem 4 DRS. Caracterizaremos, a seguir, cada um deles.

2.6.1.1- DRS DE BOVINOCULTURA

2.6.1.1.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO

A bovinocultura de leite em Licínio de Almeida é uma das principais atividades econômicas do município e é desenvolvida na sua grande maioria por integrantes da agricultura familiar. A maior parte da produção primária é transformada e comercializada na forma de queijo, requeijão e manteiga de garrafa.

A atividade é tradicional no município mas ainda praticada com tecnologias ultrapassadas e baixo padrão genético dos animais. A falta de conhecimento técnico dos produtores, aliado a outros aspectos, como baixa produtividade, oscilações de preços e produtos de baixa qualidade, tem sido fatores desestimulantes nos últimos anos para o desenvolvimento desta atividade.

A Coodeleite - Cooperativa dos Produtores de Derivados de Leite da Região do Rio Gavião - com sede em Condeúba já desenvolve ações no município mas ainda não possui cooperados em Licínio de Almeida. O diagnóstico apresenta que os produtores de leite têm grande necessidade em ações de capacitação na produção primária, assistência técnica, organização, gestão da propriedade, preservação ambiental e principalmente melhorias relacionadas ao processo de beneficiamento e comercialização dos derivados. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de se adotar medidas para fortalecer a exploração, nos aspectos de produtividade.

2.6.1.1.2- CENÁRIO EM 2010

Pretende-se realizar um trabalho com 120 produtores no município, com ações que busque desenvolver o processo de organização e de assistência técnica apropriada aos pequenos pecuaristas da região, colocando também a necessidade do apoio creditício em investimentos para estruturação dos imóveis rurais, transporte da matéria prima e unidade de beneficiamento do leite em Licínio de Almeida, visando o aumento de produtividade, agregação de valor e o cumprimento do Normativo 51, previsto em lei específica.

Uma ação essencial para a melhoria da atividade no município é a instalação da agroindústria, vinculada à Codeleite e cooperar todos os 120 produtores de leite, que se dispuseram a participar desse processo evolutivo da atividade do leite em Licínio de Almeida.

2.6.1.2- DRS MANDIOCA

2.6.1.2.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO

A atividade de produção de mandioca em Licínio de Almeida é desenvolvida por agricultores familiares sendo grande parte da produção de raiz transformada e comercializada em forma de fécula e farinha.

A falta de conhecimento técnico dos agricultores, aliado a outros aspectos, como baixa produtividade, oscilações de preços e produtos de baixa qualidade, tem sido fatores desestimulantes para o desenvolvimento desta

atividade. a utilização de novas técnicas empregadas no cultivo e beneficiamento, poderá mudar, de maneira significativa, a situação da cultura na região.

A Cooperman - cooperativa dos produtores de mandioca e derivados da região do Rio Gavião - com sede em Condeúba possui 22 cooperados no município de Licínio de Almeida, os quais se concentram na localidades de Barreiros e Tigre, e, comunidades vizinhas.

Os produtores de Licínio de Almeida possuem tradição na cultura de mandioca, demonstrando grande necessidade em ações de capacitação na produção primária, organização, gestão da propriedade, preservação ambiental e principalmente melhorias relacionadas ao processo de beneficiamento e comercialização dos derivados. dessa forma, torna-se evidente a necessidade de se adotar medidas para fortalecer a exploração, nos aspectos de produtividade e agregação de valor dos produtos.

No diagnóstico ficou demonstrado que os 200 produtores de mandioca de Licínio de Almeida, inseridos neste trabalho, consideram os seguintes pontos para o desenvolvimento sustentável da atividade: assistência técnica permanente, a organização para a produção ainda é insuficiente, ainda não se articulam satisfatoriamente as relações para melhorar a qualidade do produto, produtividades e ampliação do mercado.

Com relação à preservação do meio ambiente, o grupo evidencia a necessidade de ações rápidas, relativas à destinação da manipueira e medidas para conter o desmatamento, garantindo as condições para preservação de nascentes, matas ciliares, vegetação nativa e de novas técnicas de plantio que evitem o esgotamento do solo.

Estima-se que a atividade da mandioca representa 20% da receita total dos produtores, considerando que a grande maioria integram outras atividades como a bovinocultura, hortifrutigranjeiros, cana-de-açúcar, apicultura, etc.

A ação 9, do objetivo 2 já está implantada desde 2010.

2.6.1.2.2- CENARIO EM 2010

Mandiocultores representam a maior parte do público que necessita de maiores cuidados pelas instituições. Do ponto de vista financeiro é necessário realizar resgate da adimplência no cultivo da mandioca. . No que se refere à análise técnica a comercialização está ocorrendo conforme possibilidades locais dos empreendedores e cooperativa. Ações necessárias precisando confirmação dos parceiros na estratégia DRS.

2.6.1.3- HORTIFRUTICULTURA

2.6.1.3.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO

A hortifruticultura no município de Licínio de Almeida iniciou com a busca de produtores por alternativas no aumento da renda familiar. Por ser uma atividade que se integra aos sistemas de produção existentes em localidades próximas à sede do município, produtores de mel e mandioca cooperados da Coopmel e Cooperman, com potencial hídrico nos imóveis, iniciaram o plantio de hortaliças e frutas para a venda em programas da Conab e merenda escolar organizada pela Coopmel. Parte destes produtores também produzem o frango e ovo caipira em pequenas criações nas suas propriedades.

Cultivam as hortaliças ainda de forma rudimentar, sem técnicas especiais de produção, baixa produtividade e sem estruturas para a aplicação de novas tecnologias. Demonstram o interesse na capacitação, assistência técnica e investimentos na infraestrutura hídrica e de beneficiamento com frigorífico/abatedouro de frango caipira.

Apresentam a consciência e o desejo em continuar produzindo sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, mas, colocando toda uma necessidade de todo o grupo de 40 produtores, em capacitação e acompanhamento técnico no processo de produção orgânica.

Comercializam a maior parte dos produtos para programas governamentais, mas, sinalizam que buscam alavancar novos mercados em feiras e varejistas da região, após a introdução de novas tecnologias de produção e certificação orgânica. Cultivam em pequenas áreas, ocorrendo poucos impactos ambientais na implantação e condução da lavouras. Algumas áreas de margens de rios foram desmatadas, sendo possível a recuperação.

Estima-se que esta atividade representa 20 % da renda total do município.

2.6.1.3.2- CENÁRIO EM 2010

Pretende-se neste trabalho aumentar a área produzida em torno de 40% chegando aos 30 ha na área total, como também adotar novas tecnologias que resultem em maiores produtividades e um produto de melhor qualidade.

Na atividade do frango e ovo caipira, pretende-se aumentar a quantidade de 6,67 galinhas poedeiras/produtor para 10 galinhas/produtor, passando também todos os 40 produtores a ingressar nesta atividade, e não somente os 8 produtores atuais, totalizando 400 galinhas poedeiras.

Os produtores de hortifrutigranjeiros destas localidades se encontram às margens de rios e riachos, sendo constatada a necessidade de perfuração ou aprofundamento de poços ou cacimbas nas áreas de produção para suprimento e expansão de área cultivada, motores e bombas para sucção e pequenos investimentos de tubulação, microaspersores, micro-tratores e implementos, etc. Estimou-se o valor de R\$ 260.000,00 onde serão pleiteador os recursos em valores diferenciados, em razão da não existência ou existência parcial destas estruturas nas propriedades.

Estes investimentos para os 40 produtores possibilitarão o aumento da área média de 0,55ha. para 0,75ha. cultivadas com hortaliças e frutas.

2.6.1.4- PRODUÇÃO DE CACHAÇA

2.6.1.4.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO:

A atividade de produção de cachaça em Licínio de Almeida é desenvolvida basicamente por pequenos produtores das localidades de

Taquaril, Jurema e Canabrava, sendo 32 cooperados da Coodecana, cooperativa que atua neste município e região.

A COODECANA - Cooperativa dos Produtores dos Derivados de Cana-de-açúcar

da Região do Rio Gavião, têm sua sede localizada no município de Condeúba e possui seis agroindústrias instaladas nos municípios de Mortugaba, Piripá, Condeúba e Licínio de Almeida, as quais estão situadas nas comunidades de Taquaril e Canabrava.

Além da cachaça, os produtores de cana em Licínio de Almeida produzem também o açúcar mascavo, rapadura e o melão, resultantes da área plantada de 407 ha em 16 comunidades do município.

2.6.1.4.2- CENÁRIO EM 2010:

Os produtores desta região possuem tradição na cultura de cana-de-açúcar, demonstrando grande necessidade em ações de capacitação na produção primária, organização, gestão da propriedade, preservação ambiental e principalmente melhorias relacionadas ao processo de beneficiamento, transporte e comercialização. Desta forma, torna-se evidente a necessidade de se adotar medidas para fortalecer a exploração, nos aspectos de produtividade e agregação de valor dos produtos, com o incremento da assistência técnica, apoio creditício no investimento de infraestrutura de beneficiamento e transporte dos produtos derivados e um plano de marketing na comercialização.

O comprometimento dos diversos parceiros capacitando os produtores, contratando profissionais para prestar uma assistência técnica, melhorando as infraestruturas de produção, beneficiamento/transformação e armazenagem, bem como desenvolvendo um plano de marketing propiciará o desenvolvimento sustentável da atividade produtiva e o alcance a novos mercados, melhorando a qualidade de vida das famílias envolvidas. Com as propostas de incremento de tecnologias e ações previstas neste plano, prevê-se o aumento de produtividade em 25% na produção primária e nos produtos beneficiados, resultando nos 5.000 l/ha/ano de cachaça.

A produção atual de cachaça e derivados dos 39 cooperados da Coodecana em Licínio de Almeida, comercializada com as especificações legais é de 90.000 l/ano de cachaça e 12.000 kg/ano dos derivados.

Atualmente existem três unidades de beneficiamento sendo possível a comercialização formal, ou seja, dentro dos aspectos legais. não existe disponibilidade de recursos financeiros para beneficiamento, logística e comercialização.

2.7- PLANALTO

Com uma área de 726,27 km², Planalto é uma cidade mas urbana com seu domicílio de 14.869 habitantes, e a rural de 9.616 habitantes, A população do município, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – é de 24.481 habitantes em 2010, com uma densidade demográfica de 33,73 hab/km².

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,207 para 0,560. Isso implica em uma taxa de crescimento de 170,53% e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,49% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,386), seguida por Longevidade e por Renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Planalto é 0,560, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,738, seguida de Renda, com índice de 0,557, e de Educação, com índice de 0,428.

Planalto ocupa a 5049^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

A renda per capita média de Planalto cresceu 129,91% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 111,46, em 1991, para R\$ 186,95, em 2000, e para R\$ 256,26, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento

nesse período de 4,48%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,91%, entre 1991 e 2000, e 3,20%, entre 2000 e 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Planalto - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	111,46	186,95
% de extremamente pobres	45,58	26,00
% de pobres	80,86	57,07
Índice de Gini	0,47	0,53

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,09% em 2000 para 61,65% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,05% em 2000 para 9,98% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 41,94% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 1,70% na indústria de transformação, 8,50% no setor de construção, 0,77% nos setores de utilidade pública, 12,05% no comércio e 30,39% no setor de serviços.

2.7.1- DRS DE MANDIOCULTURA

2.7.1.1- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO:

A atividade encontra-se em pleno desenvolvimento no município os produtores em sua maioria, estão cooperados e também em pequenas associações de produtores da Região.

2.7.1.2- CENÁRIO EM 2010:

Após as respostas dos questionários das oficinas de aprimoramento e gestão do DRS, verificamos que há muito ainda a ser feito, principalmente no que tange o manejo e a preparação do solo. Verificamos também que não há por parte dos produtores um cuidado com a questão ambiental,

Em suma, havendo cursos de capacitação para os produtores nos itens de maior carência, e os mesmos colocando em práticas o aprendizado, com certeza a produção de mandioca e seus derivados chegarão a níveis superiores aos alcançados em outros municípios da Região.

2.7.2.CAFEICULTURA

2.7.2.1- CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO

A cafeicultura e atividade presente na região a varias décadas, sendo o principal produto cultivado na microrregião do município de planalto contudo, os pequenos produtores não detém tecnologia para cultivo em suas terras passando assim a ter baixa produtividade pelo cultivo tradicional, a atividade conta com o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de planalto e a secretaria de agricultura do município que buscam da melhor maneira possível capacitar os produtores bem como buscar junto as instituições financeiras recursos para que estes possam viabilizar a sua produção.

Os produtores em sua maioria, estão organizados em pequenas associações de produtores da região.

Após as respostas dos questionários das oficinas de aprimoramento e gestão do DRS, verificamos que há muito ainda a ser feito, principalmente no que tange o manejo e a preparação do solo. Verificamos também que não há por parte dos produtores um cuidado com a questão ambiental, principalmente com os resíduos, que a produção poderia ser muito maior que a atual, mas que há possibilidades reais de crescimento.

2.7.2.2- CENÁRIO EM 2010

Havendo cursos de capacitação para os produtores nos itens de maior carência, e os mesmos colocando em práticas o aprendizado, com certeza a produção quantitativa e qualitativamente chegarão a níveis superiores aos alcançados em outros municípios da região. Possibilidade de utilização dos resíduos como adubo orgânico; assistência técnica deficiente; desgaste do solo pela falta de rotatividade de culturas; entrada em vigor da nova lei sobre APP e área de Reserva Legal, haja vista que a maioria dos produtores possui pequenas áreas de terras, e que as mesmas já estão totalmente ocupadas com as lavouras.

2.8- POÇÕES

Atualmente sua população de acordo o Censo 2010 é de 44.701 habitantes, sua área de unidade territorial é de 965,75 km², e sua densidade demográfica é de 46,35 hab./km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Poções é 0,604, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,798, seguida de Renda, com índice de 0,583, e de Educação, com índice de 0,474.

Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,430 em 2000 para 0,604 em 2010 - uma taxa de crescimento de 40,47%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 69,47% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,245), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,281 para 0,604. Isso implica em uma taxa de crescimento de 114,95% e em uma taxa de

redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,08% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,384), seguida por Longevidade e por Renda.

Poções ocupa a 4055ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

A renda per capita média de Poções cresceu 130,86% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 130,27, em 1991, para R\$ 204,45, em 2000, e para R\$ 300,74, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,50%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,14%, entre 1991 e 2000, e 3,93%, entre 2000 e 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Poções - BA		
	1991	2000
Renda per capita (em R\$)	130,27	204,45
% de extremamente pobres	43,16	33,40
% de pobres	73,23	57,92
Índice de Gini	0,50	0,58

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,27% em 2000 para 59,00% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 16,65% em 2000 para 13,68% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 28,70% trabalhavam no setor agropecuário, 0,24% na indústria extrativa, 4,79% na indústria de transformação, 7,41% no setor de construção,

0,56% nos setores de utilidade pública, 21,40% no comércio e 34,23% no setor de serviços.

2.8.1- DRS MANDIOCA

2.8.1.2- CENÁRIO NA IMPLANTAÇÃO:

Todos os produtores envolvidos no presente plano drs sobrevivem da produção/beneficiamento de mandioca. a maior parte possui pequenas propriedades, até 10 hectares, o plantio de outras culturas, como milho e feijão, é restrito aos períodos chuvosos, sempre na perspectiva da subsistência. a maior parte do público alvo já migrou alguma vez, principalmente para São Paulo. Contudo, diferente de outras áreas do nordeste, a seca não é fator primeiro apontado como razão da migração, mas sim a procura por trabalho.

O sistema de produção de mandioca na região de abrangência é desenvolvido predominantemente por pequenos agricultores e caracterizado pelo emprego de pouca tecnologia e ausência de assistência técnica satisfatória. de modo geral o cultivo é feito utilizando práticas tradicionais, seguindo o exemplo dos antepassados. em torno de 90% dos produtores não usam nenhum tipo de adubação na lavoura 75% não fazem análise de solo, 85% cultivam a mandioca mais de uma vez na mesma área, sem intervalo e cerca de 70% utilizam as queimadas no preparo da terra .

As topografias da região bem como o tipo de solo favorecem a atividade. Há possibilidade de inserção no mercado, visto que a região é grande consumidora do produto. A localização das BR e interestaduais também pode vir a facilitar a atividade no que se refere a comercialização.

A atividade encontra algumas dificuldades que precisam ser trabalhadas como: assistência técnica deficitária (visto a quantidade de técnicos não atender a demanda da região); utilização de práticas indevidas no preparo do solo (queimadas, desmatamento); práticas que prejudicam o meio ambiente (como o descarte da manipueira sem devido tratamento) o que tem causado doenças ao gado e em alguns casos a crianças e adultos ; resistência de pequenos agricultores em incorporar novas tecnologias a produção; conseqüente queda de produtividade na região;

2.8.1.2- CENÁRIO EM 2010:

O cenário em que a atividade está inserida tem como pontos fortes além da parceria das diversas instituições citadas, o apoio financeiro da Petrobras, MTE e BNDES. Existência de uma estrutura de organização na forma de associações diversas e uma cooperativa (Coopasub – cooperativa mista agropecuária dos pequenos agricultores da região sudoeste da Bahia) que atende cerca de 2200 cooperados de 17 municípios da região e que trabalham com a atividade. isto só favorece o pequeno agricultor que, uma vez conscientizado da importância do cooperativismo e associativismo terá mais força para competir no mercado e fortalecer a atividade na região.

A atividade também conta com uma estrutura de beneficiamento e transformação que são as casas de farinha. são inúmeras na região e no município são em torno de 400 casas de farinha. algumas destas casas de farinha (em toda a região sudoeste) foram ou estão sendo reformadas e mais 6 foram construídas. além disso a atividade será favorecida com a construção de uma fecularia no povoado de corta-lote (município de vitória da conquista) contemplando toda a região.

Há uma diversidade de produtos oriundos da mandioca como a mandioca in natura, goma, puba, beiju, farinha, raspa da mandioca (serve como ração para animais), folha da mandioca, e a maniva. Dentre estes produtos o que gera maior renda para o pequeno agricultor é a goma e a farinha. Há dois tipos de goma produzido na região (doce e azeda), e a farinha tem sabor peculiar e de boa aceitação no mercado local, contudo ainda carece de melhorias na sua produção.

Os parceiros UESB e EMBRAPA têm trabalhado na pesquisa de variedades da maniva resistentes à praga que tem aparecido na região.

Há um comitê gestor da atividade na região representado pelos diversos parceiros citados e que cuidam do planejamento anual da atividade, elaborando ações para corrigir as falhas da atividade.

Percebe-se uma necessidade de maior divulgação dos resultados alcançados e das ações planejadas em todo o município.

3. ANÁLISE DOS DRSs

Para fazer a análise da contribuição da Estratégia DRS do BB em cada município do Território de Identidade de Vitória da Conquista em que foi implementada, analisaremos cada tópico considerando desde o conceito da estratégia DRS do BB, a sua metodologia, os seus objetivos e a atuação do BB nesse processo.

A metodologia prevê a sensibilização, motivação e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e ainda a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas e identificados pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Os objetivos do DRS são:

- promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda.
- democratizar o acesso ao crédito.
- impulsionar o associativismo e o cooperativismo
- contribuir para a melhoria dos indicadores de qualidade de vida
- solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais.

3.1- ANAGÉ:

Ao analisar os registros do DRS de mandioca desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo.

O diagnóstico também foi feito e registrado, na medida em que é possível perceber a existência da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, a medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período. Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,191, em 1991, para 0,540, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 182,72% para o município; No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,340), seguida por Longevidade e por Renda.

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município e fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, de um produto tido como o principal produzido em um município e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam,etc, já é um facilitador pra começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Somando isso ao fato de poder contar com vários programas governamentais que incentivam a melhoria dos meios de produção das atividades do campo e os programas de transferência de renda e de incentivo à educação, onde uma comunidade organizada e bem articulada consegue inserir nesse processo as pessoas que realmente necessitam.

Considerando ainda que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 54,88% trabalhavam no setor agropecuário, fica mais notoria a importância dessa atividade, nesse caso a produção de mandioca, pra geração de emprego e renda dessa comunidade e, conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida.

Outro objetivo do DRS do BB é democratizar o acesso ao crédito. Segundo as ações implementadas ao longo do programa, todos os produtores envolvidos tiveram a possibilidade de se tornarem correntistas do Banco do Brasil e todos os produtores que eram publico alvo das linhas de financiamento

como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram acesso a possibilidade desse financiamento, desde que se enquadrassem em todas as exigências do Programa e nas exigências feitas pelo banco.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo contínuo e que esteja em andamento conforme o cenário descrito e as ações realizadas, mas que ainda podem e devem avançar com a passar do tempo.

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que o DRS da mandioca de Anagé obteve sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizou e vem utilizando esse processo de “concertação”.

3.2- BARRA DO CHOÇA

Ao analisar os registros do DRS de Café desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo.

O diagnóstico também foi feito e registrado, na medida em que é possível perceber a existência da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, a medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período. De 1991 a 2010, o

IDHM do município passou de 0,219, para 0,551, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 151,60% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,49% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,347), seguida por Longevidade e por Renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Barra do Choça é 0,551, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), que não é uma situação ainda confortável para o município, mas que da forma como vem melhorando nas últimas décadas, se essa tendência se mantiver, conseguirá alcançar um IDHM que lhe permita sair da faixa dos municípios com IDMH baixo.

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município e fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, de um produto tido como o principal produzido em um município e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam, etc, já é um facilitador pra começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Somando isso ao fato de poder contar com vários programas governamentais que incentivam a melhoria dos meios de produção das atividades do campo e os programas de transferência de renda e de incentivo à educação, onde uma comunidade organizada e bem articulada consegue inserir nesse processo as pessoas que realmente necessitam.

Considerando ainda que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 52,16% trabalhavam no setor agropecuário, 0,22% na indústria extrativa, 2,42% na indústria de transformação, 9,60% no setor de construção, 0,48% nos setores de utilidade pública, 9,84% no comércio e 23,41% no setor de serviços, fica ainda mais notória a importância

da atividade agrícola, tendo como principal produção a cafeicultura, pra geração de emprego e renda dessa comunidade e, conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida.

Outro objetivo do DRS do BB é democratizar o acesso ao crédito. Segundo as ações implementadas ao longo do programa, todos os produtores envolvidos tiveram a possibilidade de se tornarem correntistas do Banco do Brasil e todos os produtores que eram publico alvo das linhas de financiamento como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram acesso à possibilidade desse financiamento, desde que se enquadrasse em todas as exigências do Programa e nas exigências feitas pelo banco.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo continuo e que esteja evoluindo constantemente já que os produtores estão organizados em associações e fazem parte da COOPERBAC (Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região LTDA).

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o principio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que o DRS de Café obteve sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizou e vem utilizando esse processo de “concertação”.

3.3- BELO CAMPO

Ao analisar os registros do DRS de Mandioca desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo.

O diagnóstico também foi feito e registrado, na medida em que é possível perceber a existência da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, a medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,252, em 1991, para 0,575, em 2010, o que implica em uma taxa de crescimento de 128,17% para o município; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,82% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,387), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Apesar dessa constante e significativa evolução, o município de Belo Campo esta situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), que não é uma situação ainda confortável para o município, mas que da forma como vem melhorando nas ultimas décadas, se essa tendência se mantiver, conseguirá alcançar um IDHM que lhe permita sair da faixa dos municípios com IDMH baixo.

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município e fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, de um produto tido como o principal produzido em um município e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam etc, já é um facilitador pra começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Dessa forma os produtores reconhecem a importância de existirem políticas públicas voltadas para a atividade produtiva. Destacam a assistência

técnica contratada pelo governo APESBA (que não é específica para a cadeia da mandioca) entidades parceiras como EBDA, COOPASUB, prefeitura e ASTEC. Além de programas como o PNAE e PAA(Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar) e a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), foram citadas as linhas de crédito para financiamento da agricultura do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste e o Garantia Safra.

Considerando ainda que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 38,65% trabalhavam no setor agropecuário, 0,08% na indústria extrativa, 10,01% na indústria de transformação, 7,11% no setor de construção, 0,91% nos setores de utilidade pública, 11,76% no comércio e 29,09% no setor de serviços, percebe-se a agricultura como principal atividade produtiva do município, sendo a mandioca a única produção que não é voltada exclusivamente pra subsistência, sendo assim a maior responsável pela geração de emprego e renda dessa comunidade e, conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida.

Outro objetivo do DRS do BB é democratizar o acesso ao crédito. Segundo as ações implementadas ao longo do programa, todos os produtores envolvidos tiveram a possibilidade de se tornarem correntistas do Banco do Brasil e todos os produtores que eram publico alvo das linhas de financiamento como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram acesso à possibilidade desse financiamento, desde que se enquadrasse em todas as exigências do Programa e nas exigências feitas pelo banco.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo continuo e que esteja evoluindo constantemente, mesmo de forma lenta, já que existem registros de que as associações comunitárias não tem conseguido organizar os seus associados para a produção coletiva ou para co-evoluir na formação de cooperativas para enfrentar as dificuldades da comercialização. Como obstáculos para a desorganização apontam a falta de assessoria de órgãos governamentais, ausência de extensão rural, analfabetismo, falta de tradição para agir de forma comunitária, interesses políticos desvinculados da real

necessidade dos agricultores, que não raramente são pressionados a agirem contra seus próprios interesses.

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que o DRS da mandioca obteve sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizou e vem utilizando esse processo de “concertação”.

3.4- CONDEUBA

Ao analisar os registros do DRS de mandioca desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo.

O diagnóstico também foi feito e registrado, na medida em que é possível perceber a existência da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, a medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período. Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,298, em 1991, para 0,582, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 95,30% para o município e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 59,54% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,356), seguida por Longevidade e por Renda.

Apesar dessa constante e significativa evolução, o município de Condeúba está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), que não é uma situação ainda confortável para o município, mas que da forma como vem melhorando nas últimas décadas, se essa tendência se mantiver, conseguirá alcançar um IDHM que lhe permita sair da faixa dos municípios com IDMH baixo.

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município e fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, de um produto tido como o principal produzido em um município e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam, etc, já é um facilitador para começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Somando isso ao fato de poder contar com vários programas governamentais que incentivam a melhoria dos meios de produção das atividades do campo e os programas de transferência de renda e de incentivo à educação, onde uma comunidade organizada e bem articulada consegue inserir nesse processo as pessoas que realmente necessitam.

Considerando também que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 44,78% trabalhavam no setor agropecuário, 0,21% na indústria extrativa, 6,58% na indústria de transformação, 6,78% no setor de construção, 0,99% nos setores de utilidade pública, 8,31% no comércio e 28,16% no setor de serviços, fica clara a importância dessa atividade, nesse caso a produção de mandioca, para geração de emprego e renda dessa comunidade e, conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida.

Outro objetivo do DRS do BB é democratizar o acesso ao crédito. Segundo as ações implementadas ao longo do programa, todos os produtores envolvidos tiveram a possibilidade de se tornarem correntistas do Banco do Brasil e todos os produtores que eram público alvo das linhas de financiamento

como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram acesso à possibilidade desse financiamento, desde que se enquadrasse em todas as exigências do Programa e nas exigências feitas pelo banco.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo contínuo e que esteja em andamento, embora ainda na fase inicial do processo, pois além da atividade da mandiocultura do DRS está inserida em uma região que sofre limitações climáticas (seca), problema este que tem agravado a perda de muitas lavouras. Os beneficiários relatam que ainda não tem o suporte técnico adequado para desenvolver a atividade de forma mais produtivas. Além disso existe ainda o processo migratório por parte de alguns agricultores no período da estiagem para a região sudoeste do país em busca de melhores condições de vida, abandonando, assim, a atividade agrícola que vinham desenvolvendo.

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que o DRS da mandioca de Condeúba obteve sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizou e vem utilizando esse processo de “concertação” na tentativa de alcançar maiores resultados nessa comunidade.

3.5- JACARACI

Ao analisar os registros do DRS de mandioca desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo.

O diagnóstico também foi feito e registrado, embora de maneira bastante superficial e sucinta, é possível perceber a existência da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, a medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período.

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,299, em 1991, para 0,593, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 98,33% para o município e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 58,06% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,389), seguida por Renda e por Longevidade.

Apesar dessa constante e significativa evolução, o município de Condeúba está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), que não é uma situação ainda confortável para o município, mas que da forma como vem melhorando nas últimas décadas, se essa tendência se mantiver, conseguirá alcançar um IDHM que lhe permita sair da faixa dos municípios com IDMH baixo.

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município e fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, de um produto tido como o principal produzido em um município e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam etc, já é um facilitador pra começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Somando isso ao fato de poder contar com vários programas governamentais que incentivam a melhoria dos meios de produção das

atividades do campo e os programas de transferência de renda e de incentivo à educação, onde uma comunidade organizada e bem articulada consegue inserir nesse processo as pessoas que realmente necessitam.

Considerando ainda que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 55,31% trabalhavam no setor agropecuário, 0,69% na indústria extrativa, 3,01% na indústria de transformação, 8,99% no setor de construção, 0,00% nos setores de utilidade pública, 7,15% no comércio e 22,54% no setor de serviços. Tendo mais da metade da população ocupada trabalhando no setor agropecuário, fica clara a importância dessa atividade, nesse caso a produção de mandioca, pra geração de emprego e renda dessa comunidade e, conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida.

Outro objetivo do DRS do BB é democratizar o acesso ao crédito. Segundo as ações implementadas ao longo do programa, todos os produtores envolvidos tiveram a possibilidade de se tornarem correntistas do Banco do Brasil e todos os produtores que eram público alvo das linhas de financiamento como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram acesso a possibilidade desse financiamento, desde que se enquadrassem em todas as exigências do Programa e nas exigências feitas pelo banco.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo contínuo e que esteja em andamento conforme o cenário descrito e as ações realizadas, mas que ainda podem e devem avançar com a passar do tempo.

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que o DRS da mandioca de Anagé obteve

sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizou e vem utilizando esse processo de “concertação”.

3.6- LICINIO DE ALMEIDA

O município de Licínio de Almeida possui registros do DRS de bovinicultura, mandiocultura, cachaça e hortifruticultura. Sendo o município que se destaca por ter a maior quantidade de DRSs desse território.

Ao analisar os registros do DRSs desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo. Uma prova clara disso é o fato de o município ter implantado e em funcionamento, 4 diferentes DRS. São eles: bovinocultura de leite, mandioca, Cachaça e Hortifruticultura

O diagnóstico também foi feito e registrado, na medida em que é possível perceber a existência da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, a medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período. Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,328, em 1991, para 0,621, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 89,33% para o município; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,40% para o município. Com essa melhoria no IDMH o município esta situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município é fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar

e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam, etc, já é um facilitador pra começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Somando isso ao fato de poder contar com vários programas governamentais que incentivam a melhoria dos meios de produção das atividades do campo e os programas de transferência de renda e de incentivo à educação, onde uma comunidade organizada e bem articulada consegue inserir nesse processo as pessoas que realmente necessitam.

E através do diagnostico preciso é que se percebeu a necessidade de ações de capacitação na produção primária, assistência técnica, organização, gestão da propriedade, preservação ambiental e principalmente melhorias relacionadas ao processo de beneficiamento e comercialização dos derivados. Evidenciou-se também a necessidade de se adotar medidas para fortalecer a exploração, nos aspectos de produtividade do leite e dos seus derivados.

Assim estabeleceu-se a meta de realizar um trabalho com 120 produtores no município, com ações que busque desenvolver o processo de organização e de assistência técnica apropriada aos pequenos pecuaristas da região, colocando também a necessidade do apoio creditício em investimentos para estruturação dos imóveis rurais, transporte da matéria prima e unidade de beneficiamento do leite em Licínio de Almeida. E como meta essencial para a melhoria da atividade no município a instalação da agroindústria, vinculada à cooperativa de leite da região.

Outro objetivo do DRS do BB é democratizar o acesso ao crédito. Segundo as ações implementadas ao longo do programa, todos os produtores envolvidos tiveram a possibilidade de se tornarem correntistas do Banco do Brasil e todos os produtores que eram publico alvo das linhas de financiamento como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram acesso à possibilidade desse financiamento, desde que se enquadrasse em todas as exigências do Programa e nas exigências feitas pelo banco o que atingiu quase que 100% dos produtores que são quase que exclusivamente produtores familiares.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo contínuo e que esteja em andamento conforme o cenário descrito e as ações realizadas, podendo avançar bastante se considerarmos que na Região próxima ao município existe e funciona de forma eficiente uma Cooperativa de Leite, a Coodeleite - Cooperativa dos Produtores de Derivados de Leite da Região do Rio Gavião - com sede em Condeúba que já desenvolve ações no município mas ainda não possui cooperados em Licínio de Almeida.

Contam também com a COOPERMAN - Cooperativa dos Produtores de Mandioca e Derivados da região do Rio Gavião – que tem sede no município de Condeúba, mas possui 22 cooperados no município de Licínio de Almeida, os quais se concentram nas localidades de Barreiros e Tigre, e, comunidades vizinhas. Além disso, 32 produtores estão organizados através da COODECANA - Cooperativa dos Produtores dos Derivados de Cana-de-açúcar da Região do Rio Gavião, que tem sua sede localizada no município de Condeúba e possui seis agroindústrias instaladas nos municípios de Mortugaba, Piripá, Condeúba e Licínio de Almeida, as quais estão situadas nas comunidades de Taquaril e Canabrava. O desafio atual é intensificar a associação do maior número possível de produtores nessa ou em outras cooperativas.

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que os DRSs de bovinocultura de leite, da mandioca, da Cachaça e Hortifruticultura de Licínio de Almeida obtiveram sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizaram e veem utilizando esse processo de “concertação”.

3.8- PLANALTO

Conforme descrito e apresentado anteriormente o município de Planalto possui 2 DRSs. Um da produção de mandioca e o outro da cafeicultura.

Sendo o café o produto com maior expressividade na região, junto à mandioca representam a maior parte da produção agrícola desse município.

Ao analisar os registros do DRSs de mandioca e café desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo.

O diagnóstico também foi feito e registrado, enumerando os pontos fortes e s pontos fracos de cada fase do processo produtivo, além das oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, à medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período. Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,392 em 2000 para 0,560 em 2010 - uma taxa de crescimento de 42,86%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,37% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,233), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,207, em 1991, para 0,560, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 170,53% para o município que ocupa a 5049ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Mesmo com essa constante e significativa evolução, o município de Planalto esta situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), que não é uma situação ainda confortável para o município, mas que da forma como vem melhorando nas ultimas décadas, se essa

tendência se mantiver, conseguirá alcançar um IDHM que lhe permita sair da faixa dos municípios com IDMH baixo.

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município e fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, de um produto tido como o principal produzido em um município e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam etc, já é um facilitador pra começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Somando isso ao fato de poder contar com vários programas governamentais que incentivam a melhoria dos meios de produção das atividades do campo e os programas de transferência de renda e de incentivo à educação, onde uma comunidade organizada e bem articulada consegue inserir nesse processo as pessoas que realmente necessitam.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 41,94% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 1,70% na indústria de transformação, 8,50% no setor de construção, 0,77% nos setores de utilidade pública, 12,05% no comércio e 30,39% no setor de serviços. Tendo assim, quase que metade da população ocupada trabalhando no setor agropecuário, fica clara a importância dessas atividades, nesse caso a produção de mandioca e café, pra geração de emprego e renda dessa comunidade e, conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida.

Outro objetivo do DRS do BB é democratizar o acesso ao crédito. Segundo as ações implementadas ao longo do programa, todos os produtores envolvidos tiveram a possibilidade de se tornarem correntistas do Banco do Brasil e todos os produtores que eram público alvo das linhas de financiamento como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram acesso à possibilidade desse financiamento, desde que se enquadrasse em todas as exigências do Programa e nas exigências feitas pelo banco.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo contínuo e que esteja em andamento conforme o cenário descrito e as ações realizadas, mas que ainda podem e devem avançar com a passar do tempo.

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que o DRS da mandioca e o DRS de café de Planalto obteve sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizou e vem utilizando esse processo de “concertação”.

3.8- POÇÕES

Ao analisar os registros do DRS de Mandioca desse município é perceptível que existiu a sensibilização, a motivação e capacitação de funcionários do BB e de seus parceiros o que possibilitou a conquista de avanços em todo o processo produtivo.

O diagnóstico também foi feito e registrado, na medida em que é possível perceber a existência da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Quanto aos objetivos, a medida que se sensibiliza e mobiliza todos os envolvidos no processo produtivo fica mais fácil identificar as carências e assim buscar promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, o que é uma realidade pra esse município e que pode ser comprovada através dos dados do IDMH do município nesse mesmo período.

Entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,281, em 1991, para 0,604, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de

0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 114,95% para o município e 47% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,384), seguida por Longevidade e por Renda.

Poções ocupa a 4055ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Essa evolução fez com o que o município saísse da faixa de IDMH baixo e passasse para a faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Apesar de não existir nenhum estudo que comprove a relação direta da melhoria desse índice com a implantação do DRS no município e fácil perceber que a simples articulação e sensibilização de todos os envolvidos na cadeia produtiva, de um produto tido como o principal produzido em um município e a organização desses setores com os seus colaboradores como o governo municipal, o Banco do Brasil entre outros, com o objetivo de identificar e de analisar as principais demandas da comunidade, as dificuldades que enfrentam etc, já é um facilitador pra começar a resolver as suas dificuldades e de buscar uma melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e renda.

Dessa forma os produtores reconhecem a importância de existirem políticas públicas voltadas para a atividade produtiva. Embora os produtores ainda relatem que a Destacam a assistência técnica é deficitária por não suprir a demanda dos produtores. Contam também com programas como o PNAE e PAA (Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar) e a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), foram citadas as linhas de crédito para financiamento da agricultura do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste e o Garantia Safra.

Quanto aos objetivos de impulsionar o associativismo e o cooperativismo e o objetivo de solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais e informais acredito que seja um processo contínuo e que esteja evoluindo constantemente, mesmo de forma lenta, já que existem registros de que as associações comunitárias não tem conseguido organizar os seus associados para a produção coletiva ou para co-evoluir na formação de cooperativas para enfrentar as dificuldades da comercialização. Como obstáculos para a desorganização apontam a falta de assessoria de órgãos

governamentais, ausência de extensão rural, analfabetismo, falta de tradição para agir de forma comunitária, interesses políticos desvinculados da real necessidade dos agricultores, que não raramente são pressionados a agirem contra seus próprios interesses.

Considerando ainda que para o BB, o principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de “concertação”, que é um processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais, políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros, acredito que o DRS da mandioca obteve sucesso desde a sua implantação, a medida que utilizou e vem utilizando esse processo de “concertação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia foi elaborada com o objetivo de investigar as ações do DRS do Banco do Brasil, no território de Vitória da Conquista, no período de 2000 à 2010.

A problemática proposta foi entender em que medidas e com que objetivos uma empresa do Sistema Financeiro se preocupa em promover a sustentabilidade de regiões onde os recursos financeiros são escassos e não existem grandes empresas.

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica, que discutiu o conceito de desenvolvimento através do estudo feito por Nali de Jesus de Souza (2005), que afirma que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento, por isso o autor apresenta o conceito de Desenvolvimento defendido pela corrente de economistas, de inspiração mais teórica, que consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento.

E uma segunda corrente de economistas, que defendem que o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionalistas, com melhoria da produtividade e da renda média da população.

Acredito que esse segundo conceito atendeu melhor ao objetivo desse estudo, à medida que consideram variáveis como renda e produtividade. Consideramos também nesse estudo a discussão conceitual de Edson Trajano Vieira e Moacir José dos Santos, que trouxeram uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento econômico regional e as contestações dos historiadores a respeito das teorias em que se baseiam em modelos econométricos.

E Amaral Filho que através do conceito de desenvolvimento endógeno, entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões em um processo que tem como

resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Conceito que bem se enquadrou ao nosso tema de estudo, a medida que considera que a definição do modelo de desenvolvimento é estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado.

E mais do que isso, o aspecto novo trazido pelas novas abordagens na Economia Regional está na recuperação vigorosa das noções de intertemporalidade e de irreversibilidade na trajetória do desenvolvimento econômico.

Como resultado, a estruturação do modelo alternativo de desenvolvimento regional é realizada por meio de um processo de organização social regional ou de ação coletiva. As características marcantes desse processo são a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca na mão desses o destino da economia local ou regional.

O modelo alternativo de desenvolvimento sugerido é um modelo endógeno construído “de baixo para cima”, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local além de associar ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, a um sistema com coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores.

Posteriormente foi apresentado o conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável e a visão do Banco do Brasil sobre o tema, o que nos permitiu começar a responder a nossa problemática entendendo a preocupação e o objetivo do Banco do Brasil ao tratar desse tema e ao incluí-lo à sua missão.

O Banco do Brasil, observando e seguindo as novas tendências mundiais, ao perceber que o padrão de consumo no Brasil na última década vem mudando, e que e que a sociedade pede produtos e serviços voltados especificamente para as questões sociais e ambientais incorporou à sua missão promover o desenvolvimento sustentável e elaborou assim um Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável. Dentro desse Modelo está a estratégia DRS, que foi o tema estudado nesse trabalho.

Essa estratégia negocial do Banco do Brasil, busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o Banco do Brasil está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoiar atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural.

A estratégia DRS, como é chamada, propõe-se a :

- Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda.
- Democratizar o acesso ao crédito.
- Impulsionar o associativismo e o cooperativismo.
- Contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida.
- Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

A atuação do Banco do Brasil nessa estratégia se dá por meio do apoio a atividades produtivas, com a visão de cadeia de valor, identificadas como vocações ou potencialidades nas diferentes regiões onde o banco atua, sejam elas nas áreas rurais ou urbanas.

Tem como metodologia de atuação a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e ainda a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas e identificados pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

E assim desenvolvemos esse estudo. Após caracterizar os municípios do território de identidade que escolhemos, apresentamos também os dados extraídos do IDHM-PNUD que tem como referência o ano de 2010 e trazem dados que vão desde a escolaridade, a longevidade até a origem da renda do município, além de outras variáveis que determinam o desenvolvimento da região e o Índice de Gini, e finalmente apresentamos os registros dos DRSs de cada um desses municípios para finalmente fazermos a análise desses dados, procurando identificar de que forma cada registro demonstra a aplicação da metodologia e dos objetivos da estratégia DRS e

comparando esses dados aos dados do IDHM-PNUD que tem relação direta ou indireta com as variáveis renda e desenvolvimento sustentável.

Ao final desse estudo, fica claro perceber que, quanto aos objetivos do DRS, apresentados anteriormente, todos os municípios do território de identidade de Vitória da Conquista que possuem agência do Banco do Brasil e que tem, pelo menos, um DRS de uma atividade produtiva, estão atendendo de maneira satisfatória a esses objetivos. Uns de maneira mais intensa outros menos, de acordo com o tempo que desenvolvem a metodologia e com o envolvimento dos funcionários do Banco do Brasil e dos seus parceiros. É possível perceber esse envolvimento através dos registros feitos do Plano de Ação de cada DRS.

Nos municípios que possuem apenas 1 DRS, a atividade produtiva escolhida é sempre a mais significativa da região. Ou seja, sempre é a principal atividade produtiva da região, e sempre a que tem maior parte da população com faixa de 18 anos ou mais ocupada, o que fica comprovado ao compará-la com os dados do IDHM desse município.

Dos municípios estudados, o que merece destaque na aplicação da metodologia DRS é o município de Licínio de Almeida, que tem Plano de Ação do Programa DRS para praticamente todas as atividades agrícolas que o município desenvolve. São 4 DRSs: bovinocultura, mandiocultura, cachaça e hortifruticultura.

Uma sugestão ou crítica ao Programa DRS é o pouco alcance dessa estratégia, se considerarmos que, dentre os 24 municípios que compõe o Território de Identidade de Vitória da Conquista, apenas metade deles possuem agência do Banco do Brasil, e dessa metade que possui agência, temos apenas 10 que possuíam, no período de tempo considerado nesse estudo um ou mais Programa DRS.

Atualmente o BB tem enfrentado uma dificuldade muito grande em realizar operações rurais. Primeiro por conta da inadimplência e depois por conta das fraudes, tanto por parte das empresas de Assistência Técnica, ou por parte dos produtores rurais, e até mesmo dos funcionários do BB responsáveis pela operação de financiamento rural, seja para custeio ou

investimento na produção. Dessa forma, visando obter negócios sustentáveis, o DRS também pode auxiliar nessa questão.

À medida que temos vários agentes envolvidos, que vão desde os funcionários do BB, agentes políticos e lideranças sindicais e cooperativas, até os membros da comunidade, o DRS pode ser utilizado também como parâmetro para se definir até que ponto a financiamento pretendido será realmente aplicado na atividade produtiva esperada, sem fraude ou mal uso do recurso financiado pelo Banco, auxiliando assim na prevenção de fraudes e inadimplência.

E ao final desse trabalho, fica claro perceber o porquê que uma empresa do mercado financeiro, com abrangência nacional e que precisa apresentar lucros pros seus acionistas, também se envolve e aloca recursos financeiros para um programa como o DRS.

Como a crença dessa empresa é que “um banco bom para todos exige espírito público em cada um de nós” nada mais justo e natural que o Banco do Brasil, assim como todas as grandes empresas da atualidade, se envolva, se preocupe e desenvolva projetos voltados pra sustentabilidade do nosso país.

E através desse estudo é possível observar o alcance desse envolvimento que, mesmo ainda não tendo sido oportunizado a todos os municípios brasileiros, já que só é possível atender aos municípios que tem agência do Banco do Brasil, consegue atingir uma grande parte do território, a oportuniza a pequenos produtores o acesso aos serviços bancários, possibilita o financiamento da sua produção, o conhecimento e a organização dos setores da sociedade que estão direta ou indiretamente envolvidos com a economia da região onde está inserido, viabiliza parcerias para capacitação, entre outras inúmeras ações propiciadas pelo Programa DRS.

Essa abrangência nacional, que acontece, desde pequenos municípios a grandes capitais do país, e que contempla os produtores que na maioria dos casos estão à margem do mercado, comprova a busca do Banco do Brasil em seguir a sua missão que é: “Ser um Banco competitivo e rentável, atuando com espírito publico em cada uma de suas ações junto a toda a sociedade” .

E assim a Estratégia DRS se desenvolve a cada dia, buscando contribuir de maneira significativa para a transformação da realidade da comunidade, e expandindo a visão do Banco do Brasil que é: “Ser o Banco mais relevante e confiável para a vida dos clientes, funcionários, acionistas e para o desenvolvimento do Brasil.

O DRS enquanto uma das ações que busca contribuir para o desenvolvimento do Brasil, utilizando como metodologia de atuação, a sensibilização, mobilização e capacitação dos funcionários do Banco do Brasil e de parceiros, a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas e identificados pontos forte e fracos, oportunidades e ameaças vem acertando e se desenvolvendo a cada dia e em diferentes locais. Claro que, em alguns existe o maior engajamento e interesse dos funcionários do Banco e dos seus parceiros, em outros não com a mesma intensidade e com a devida importância, mas, dentro no nosso campo de estudo, que foram os municípios que compõe o Território de Identidade de Vitória da Conquista, e que tem agências do Banco do Brasil, acredito que, segundo os registros dos diagnósticos, a abordagem da cadeia de valor das atividades produtivas e a identificação dos pontos fortes e fracos, especificados nesse estudo, a Estratégia DRS vem sendo aplicada e desenvolvida de maneira satisfatória.

REFERÊNCIAS

A influência da Economia Regional nas políticas de desenvolvimento implementadas na Bahia no período 1959-2006. pg 60 à 87. Salvador, Bahia volume 9 numero 17. setembro 2012

BB. Banco do Brasil. 2010. Cartilha DRS. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/unv/CartilhaDRS.pdf>>. Acessado em 10 de março de 2015.

BAHIA. Consulta Territórios de Identidade. Disponível em: <<http://geo.dieese.org.br/bahia/territorios.php>>. Acessado em 01 de novembro de 2015.

BAHIA. Diálogos Territoriais: Construindo a Bahia com a voz de todos nós. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/publicacoes/outros/DOWNLOAD_13.pdf>. Acessado em 02 de dezembro de 2015.

BAHIA. **Plano Plurianual 2008/2011.** Salvador; SEPLAN-BA, 2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum:** Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=0>>. Acessado em 02 de fevereiro de 2016

MMA. Ministério do Meio Ambiente Agenda 21 Brasileira. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acessado em 01 de fevereiro de 2016.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m.>. Acessado em 01 de outubro de 2015.

ROCHA, Flavia Amaral; Urânia Teixeira, AMARAL. **Dinâmica Populacional do Território de Identidade de Vitória da Conquista.** In: VIII Encontro Baiano de Geografia, 2011, Vitória da Conquista (BA). Questões Epistemológicas: a prática social da geografia atual, sua relevância e contribuição para a Bahia contemporânea. Anais... Vitória da Conquista, 2011.

SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis.** São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico** - 5. ed. Rev. - São Paulo: Atlas 2005.

Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8305,8368,0,0,1,6.bb?codigoMenu=15244&codigoNoticia=28552&codigoRet=15306&bread=1>>. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **Desenvolvimento Econômico Regional** – Uma Revisão Histórica e Teórica. Taubaté, SP, v.8, n.2, p. 344-369, mai-ago/2012, G&DR.

